

APROVADA POR  
UNANIMIDADE

PS – 38  
PSD – 28  
BTF – 20  
CH – 2  
TB – 2  
CDS – 2  
BE – 1  
IND – 3

O PRESIDENTE DA AMB

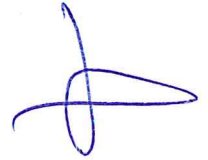
*Fernando Santos Pereira*

ATA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
BARCELOS

SESSÃO DE 2023/11/20

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



ATA NÚMERO VINTE E DOIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

-----Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no Auditório dos Paços do Concelho, reuniu, pelas vinte e uma horas, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de catorze de novembro de dois mil e vinte e três, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

-----Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo décimo terceiro do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----ORDEM DO DIA.-----

-----Ponto um – Aprovação das atas da sessão de vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três;-----

-----Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de Barcelos, S.A.;-----

-----Ponto três – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa às minutas de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e as Freguesias/Uniões de Freguesia identificadas na mesma, que têm por objeto regular o financiamento da aquisição de combustível a utilizar no transporte de crianças e alunos do EPE e Primeiro Ciclo, durante o ano letivo dois mil e vinte e três/dois

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mil e vinte e quatro;-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e as Freguesias da Ucha e Martim, atinente ao Programa de Cinoterapia (Patinhas vinte e um – Intervenção Multidisciplinar com cães), durante o ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro;-----

-----Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal respeitante à minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e a Freguesia da Várzea, relativa ao Programa Terapêutico e Hipoterapia e/ou Hidroterapia, durante o ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro;-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relacionada com a minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos, o Agrupamento de Escolas e as Freguesias/União de Freguesias;-----

-----Ponto sete – Discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos;-----

-----Ponto oito – Discussão e votação do Regulamento do Município de Barcelos de Apoio à Habitação Própria e Permanente;-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Rede Eurocities, como membro associado – Fórum das Cidades Inclusivas.-----

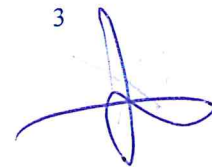
-----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----

-----Abel da Silva Sá, Adelino Lima da Silva Fernandes, Agostinho Martins da Silva, Alberto Manuel da Silva Fernandes, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL



Ângela Flávia da Silva Sousa, António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António Fernandes Jardim, António Manuel Faria da Costa, António Silva Pereira, Armando Ricardo Pereira Costa, Armindo Manuel da Costa Vilas Boas, Augusto Fonseca da Silva Dias, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Carlos Miguel da Silva Dantas, Casimiro da Silva Rodrigues, Catarina Marina Faria Duarte, Clara Magda Ribeiro Barbosa, Cristiana Carneiro Faria, Daniel Fernandes Azevedo, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira Carvalho, Domingos Alberto Meneses Costa, Fernando Jorge Ramos Lima, Fernando Santos Pereira, Filipe Senra de Oliveira, Firmino Manuel Lopes da Silva, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilda Maria Fonseca Trilho Silva, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João Alberto Novais Alves, João José Longras Maciel, João Maurício Campos Barros, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Pedro Ribeiro Gomes, João Salvador Faria Lopes, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joaquim Pinto do Vale, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel Martins Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Cardoso Rodrigues, José Carlos Esteves da Costa, José Carlos Magalhães Vilas Boas, José Carlos da Silva Brito, José Casanova Ferreira, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria, Liliana Cristina da Costa Faria, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Luís Miguel Gomes Barbosa da Costa Pereira, Manuel António Gonçalves Mota

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Silva, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel da Cruz Duarte Cardoso, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel Oliveira Gomes, Manuel Simões Correia, Manuel Vasconcelos Dias, Maria Arminda Silva Cruz, Maria da Conceição da Costa Araújo, Maria Elisabete Barreto da Silva, Maria Elisabete Fernandes Cunha, Maria Fátima Ferreira Faria, Maria Isabel Sá Venda, Maria José Correia Simões, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Miguel Ângelo Silva Pereira, Miguel Jorge da Costa Gomes, Néelson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Miguel Machado Martins, Paula Cristina Leiras Belchior, Paula Maria Barbosa Lopes, Paulo Alexandre Magalhães Alves, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Filipe Soares de Sousa, Ricardo Bruno Ferreira de Vasconcelos, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rosa Maria Fernandes da Costa, Rosa dos Prazeres Nascimento da Costa Faria, Rui Manuel Dias Faria, Rui Sérgio Gomes Azevedo, Sandra Cristina Ferreira Simões, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Tânia Cristina Macedo Ferreira, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo Silva Dias, Vítor António Martins Ferreira.-----

-----Faltaram os seguintes membros:-----

-----Hélder Duarte Grácio Tomé, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, Manuel Fernandes Pereira, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Natalina de Sá.-----

-----INÍCIO DOS TRABALHOS-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Boa noite a todos.-----

-----Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.-----

-----Declaro aberta esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de vinte de novembro de dois mil e vinte e três.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



-----Pedia à senhora deputada, segunda secretária, para proceder à leitura das substituições que se verificaram para esta mesma sessão.-----

**SEGUNDA SECRETÁRIA** – Pediram a substituição os seguintes senhores deputados municipais:-----

-----José António Maciel Beleza Ferraz;-----

-----Substituta: Maria da Conceição da Costa Araújo;-----

-----António da Silva Gonçalves do Vale;-----

-----Substituto: Adelino Lima da Silva Fernandes;-----

-----Isaías da Silva Macedo Gomes; -----

-----Substituto: João Salvador Faria Lopes.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhora segunda secretária.----

-----Só algumas informações à Assembleia:-----

-----No dia vinte e sete de setembro procedemos à instalação da Comissão Municipal de Acompanhamento da Acessibilidade Condicionada às Pessoas com Deficiência, uma comissão aprovada aqui pela Assembleia Municipal;-----

-----Também recebi a comunicação do senhor deputado municipal Miguel Jorge da Costa Gomes relativa à alteração para o estatuto de deputado municipal independente.-----

-----Vamos então dar início aos trabalhos, esta é uma sessão extraordinária, mas, mesmo sendo sessão extraordinária, tem um período destinado ao público. A pessoa do público que está inscrita é o senhor Jorge Manuel Matos Lima, que pretende fazer uma intervenção e apresentar questões sobre o Rio Cávado.-----

-----Senhor Jorge Manuel Matos Lima, tenha a bondade de se dirigir ao púlpito, por favor, para proferir então a sua intervenção, pedia que respeitasse o período de cinco minutos.-----

**PÚBLICO** – **Jorge Lima** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia

CÓPIA Cópia Cópia Cópia



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal de Barcelos, Senhora e Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Caros Concidadãos.-----

-----Por recorrente e tão óbvio, julgo não ser necessário aqui elencar qualquer argumentação quanto ao potencial social e económico do Rio Cávado para os cidadãos, para a cidade e para o concelho de Barcelos.-----

-----Em abril de dois mil e vinte e dois, dirigi-me a esta Assembleia no intuito de alertar todos os presentes para a necessidade urgente de tratarmos do nosso rio.-----

-----Desde essa intervenção, à exceção da inglória e desajustada luta contra os famigerados jacintos pelo rio, nada foi feito! E o que aqui me traz de novo é que, entretanto, tudo está pior.-----

-----Dizem-me e dir-me-ão do executivo municipal que necessitam de tempo e que nunca nenhum outro executivo olhou para o rio como este!-----

-----Tomei e tomo boa nota desse desígnio repetidamente declarado, contudo das boas intenções aos atos parece haver ainda um longo caminho a percorrer.-----

-----É verdade que, mesmo perdendo a oportunidade de neles introduzir algumas correções substanciais, alguns dos projetos para as margens do nosso rio foram revisitados e estão agora em curso. Outros, igualmente direcionados para as margens, com um ou outro pormenor já conhecido, estão a ser elaborados.-----

-----Mas e o rio? O rio continua completamente negligenciado e tão sujo como há muitos anos não se via.-----

-----A limitação regimental do tempo desta intervenção impossibilita-me de detalhar e aprofundar este assunto, porém permitam-me reiterar o apelo que aqui vos fiz em abril de dois mil e vinte e dois: é urgente tratar do nosso rio!-----





BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7

-----Na minha opinião e partilhada por muitos outros nossos concidadãos:-----

-----É urgente elaborar e executar um plano de despoluição que dê especial atenção às constantes descargas de águas residuais não tratadas e à propagação de plantas, animais e outras “matérias” invasoras;-----

-----É urgente elaborar e executar um plano de remodelação, reconstrução e até eventual eliminação de alguns dos açudes existentes, com a inclusão de escadas para peixes e equacionando a possibilidade da construção de eclusas que permitam a navegação de pequenas embarcações de Barcelos até à foz;-----

-----É urgente elaborar e executar um plano de limpeza do leito do rio e recuperação do ripário das margens;-----

-----É urgente elaborar e executar um plano de boas práticas agrícolas e pecuárias nas zonas ribeirinhas;-----

-----É urgente elaborar e executar um plano de ordenamento da captação de água;-----

-----É urgente implementar um efetivo regime de caudais ecológicos na barragem de Penide;-----

-----É urgente elaborar e executar um plano de educação ambiental para os diferentes utilizadores do rio;-----

-----É urgente monitorizar e fiscalizar...-----

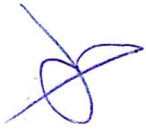
-----Em suma, é urgente quase tudo. Mas, essencialmente, é urgente agir.-----

-----É urgente que o nosso rio seja realmente um verdadeiro desígnio deste executivo municipal, de todas as entidades e organismos que tutelam ou têm responsabilidades sobre os recursos hídricos, mas, e também, de todos os barcelenses.-----

-----Sejamos críticos e exigentes, mas também responsáveis e participativos...-----

-----E por falar em participativos, relembro que os dois projetos vencedores

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

dos quais fui proponente nos orçamentos participativos de Barcelos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte e um, projetos esses intimamente ligados ao rio, não foram ainda tidos em conta, executados ou finalizados!!!-----

-----Termino esta intervenção angustiado com o atual estado destas coisas, mas com a convicção – muitos dirão que ingénuo – de que o Rio Cávado, em Barcelos, um dia destes deixará de ser um projeto adiado.-----

-----Muito obrigado a todos pela a atenção dispensada.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, pela sua intervenção.-----

-----Senhor presidente da Câmara, não tendo havido questões propriamente ditas, não sei se deseja fazer algum comentário?!-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Muito boa noite a todos.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Caras e Caros Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias, Caros Munícipes, Comunicação Social, a todos os que nos seguem via *Internet*.-----

-----Agradeço ao Jorge Lima, mais uma vez, pôr a questão do rio como uma questão central nas políticas públicas. Efetivamente a nossa vontade e o nosso desejo às vezes não acompanham ou não são acompanhados com o ritmo que gostaríamos por parte de todos, das entidades que interagem nestas questões, mas dar-lhe nota de duas ou três coisas que me parecem importantes.-----

-----A primeira, quanto à questão dos jacintos, a palavra erradicação é uma palavra importante mas um bocado utópica no que às infestantes diz respeito. O que nós temos que fazer, e estamos a fazê-lo, é a limpeza adequada e manter sempre alerta e vigilante toda e qualquer infestante que não só os jacintos que aparecem nos nossos rios.-----

CÓPIA Cópia Cópia Cópia Cópia



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto às descargas, efetivamente sobretudo neste período de cheias houve descargas de emergência da estação elevatória junto ao ribeiro da Vila que de imediato comunicámos às entidades competentes e temos a garantia por parte da AdB, as Águas de Barcelos, que na próxima quarta ou quinta-feira irão proceder à instalação de um novo sistema de bombagem que vai otimizar o seu funcionamento e reduzir de uma forma significativa essas descargas que não são bem-vindas de todo.-----

-----Dizer-vos também que está para breve o concurso público para colocar a ETAR de Areias de Vilar em funcionamento. Como sabem, esteve doze anos parada, pronta, mas parada, e que vai permitir que efetivamente possa ser uma realidade em termos de limpeza do rio e de menos esgotos a irem para o nosso Rio Cávado.-----

-----Dizer-vos também que já informámos quer a APA, quer o Ministério do Ambiente que a ETAR de Barcelos, que tinha um período útil de vida de vinte anos, que terminou em dois mil e dezassete, nunca foi alvo de um projeto de recuperação, já existe o projeto, já foi enviado para as entidades competentes e aguardamos, tínhamos essa promessa do senhor ministro do ambiente, espero que continue, que iriam pôr em prioridade máxima a nova ETAR de Barcelos. Estamos a falar num investimento de cerca de trinta milhões de euros, que seria decisivo para perseguir o objetivo que aqui nos trouxe.-----

-----Quanto ao que aqui afirmei, está para breve também uma negociação final com a APA para o projeto que nós designamos um Plano Estratégico para as Frentes Ribeirinhas. Estamos em crer que quer a APA, quer a CCDR vão dar um parecer positivo e, se assim acontecer, naturalmente iremos avançar para o desenvolvimento dos projetos e a construção das obras necessárias.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor presidente.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Vamos entrar então agora na ordem do dia. O primeiro ponto da ordem do dia é a aprovação das atas da sessão de vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três.-----

-----Temos duas atas, como sabem, a sessão repartiu-se em duas reuniões.----

-----Vamos votar a ata da sessão de vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três!-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Um IND)-----

-----A ata está aprovada por maioria com uma abstenção e cento e três votos a favor (quarenta e dois PS, trinta PSD, vinte e um BTF, três CH, dois TB, um CDS, um BE, três IND).-----

-----Vamos agora votar a ata da reunião de quatro de outubro de dois mil e vinte e três!-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

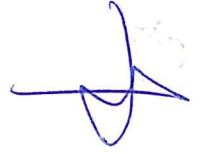
-----Quem se abstém?-----

------(Um IND)-----

-----A ata está aprovada por maioria com uma abstenção e cento e quatro votos a favor (quarenta e dois PS, trinta PSD, vinte e um BTF, três CH, dois TB, dois CDS, um BE, três IND).-----

-----Passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



Barcelos, S.A.-----

-----Eu aqui iria colocar à consideração dos senhores deputados poder fazer aqui um ligeiro aperfeiçoamento deste ponto da ordem de trabalhos, no sentido de precisar e concretizar em consonância absoluta com aquilo que está deliberado em proposta de reunião de Câmara.-----

-----Portanto, o que colocaria à vossa consideração é que o ponto fosse: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, ao Montepio, nos termos da proposta, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de Barcelos, S.A.-----

-----Alguém se opõe a esta alteração?-----

----- (Ninguém)-----

-----Alguém se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Está aprovada por unanimidade.-----

-----Vamos discutir este ponto da ordem de trabalhos com esta exata redação que eu acabei de ler, concretizando precisamente em função da deliberação e aquilo que nos propõe a Câmara.-----

-----Para este mesmo ponto abria as inscrições!-----

-----Na discussão deste ponto há só uma ronda, foi acertado em reunião da Comissão Permanente.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Miguel Costa Gomes, estatuto Independente, três minutos.-----

**DEPUTADO INDEPENDENTE – Miguel Costa Gomes** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Primeiro e Segundo Secretários da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal de Barcelos, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de União, Estimados Colegas Deputados Municipais, Caras e Caros Cidadãos, e um cumprimento especial para quem nos acompanha via *Web*.-----

-----É sabido, como já foi anunciado pelo senhor presidente, que eu estou aqui na qualidade de deputado independente, não deixei de ser socialista, mas também não estou aqui para ser porta-voz de ninguém e, portanto, serei porta-voz de mim mesmo.-----

-----Quando no passado veio aqui a esta Assembleia a proposta do acordo dos cinquenta e um/quarenta e nove o PSD decidiu viabilizar através da abstenção o acordo, a fim de se resolver o problema. Mas cometeu um erro, que na altura me chocou, que foi votar contra precisamente o mesmo instrumento que vem hoje a esta Assembleia nesta proposta número dois.-----

-----Pois eu quero aqui dizer que, no que me diz respeito e em coerência, irei votar a favor desta proposta, porque não faz sentido não viabilizar o financiamento de uma proposta de um problema grave.-----

-----Entretanto, apenas duas questões que eu queria deixar aqui ao senhor presidente da Câmara, que pode-me responder agora ou depois mais tarde.-----

-----Em março houve uma Assembleia Municipal onde foi aprovado o acordo que foi estabelecido com a Câmara Municipal. Nesse dia, o senhor presidente incentivou os barcelenses a inscreverem-se na ligação das redes de água e saneamento. A pergunta que eu faço é: o senhor presidente tinha conhecimento da confissão de dívida com título executivo que foi apresentado aos cidadãos, porque sem isso não era possível a ligação e se tinha essa consciência?-----

-----E a outra questão que eu ponho, o senhor presidente na altura disse que não se pagaria nada embora fosse faturado, se a memória não me falha, até

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



janeiro de dois mil e vinte e quatro, a outra pergunta é: caso este assunto não se resolva antes de janeiro de dois mil e vinte e quatro – que na minha opinião não se resolverá –, a Câmara ou o senhor presidente está a pensar nalguma forma de salvaguardar aquelas centenas e centenas, para não dizer milhares, de pessoas que já se inscreveram na rede e que todos os dias me falam nessa matéria, ou pelo menos suspender o pagamento? Se não, gostava de ouvir da palavra do senhor presidente da Câmara qual é a estratégia que tem, se consegue junto da empresa a suspensão desta liquidação em janeiro, porque compreende que é importante para muitos cidadãos, mas gostava de saber qual é o instrumento, a forma, na minha perspetiva, como disse, infelizmente penso que não será ultrapassado.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora a senhora deputada Elisabete Silva.-----

**DEPUTADA DO BTF – Elisabete Silva** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----O ponto dois da ordem do dia destina-se exclusivamente à discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros.-----

-----As discussões que possam ser feitas à margem desta proposta (com toda a legitimidade por quem as quiser fazer) não passarão de retórica para exposição mediática, porque do ponto de vista político e contratual já tudo foi dito e repetido até à exaustão e com decisões democraticamente exercidas.-----

-----O que importa aqui salientar, em primeiro lugar, é se esta Assembleia

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal está disposta a autorizar o pedido aqui trazido.-----

-----Pela parte do PSD/BTF/CDS (da coligação Barcelos Mais Futuro) estarão de certeza, assim como mais membros desta Assembleia Municipal também estarão, porque estamos certos que esta é a vontade da esmagadora maioria dos barcelenses.-----

-----Mas sejamos claros, só há duas soluções dignas de comparação:-----

-----A primeira, da autoria do PS, para aquisição de quarenta e nove por cento do capital da estrutura acionista da Águas de Barcelos, S.A., por cerca de sessenta milhões de euros e com a contratação de um empréstimo bancário de cerca de cinquenta vírgula trinta e cinco milhões de euros, aprovado em reunião de Câmara de quinze de dezembro de dois mil e dezassete e na sessão da Assembleia Municipal de vinte e três de dezembro do mesmo ano.-----

-----O empréstimo tinha uma carência de dois anos para amortizar em vinte e cinco anos. Sem se saber porquê o executivo do PS foi incapaz de executar o que os órgãos do município, Câmara e Assembleia Municipal, lhe confiaram.-----

-----A segunda solução é a que estamos agora aqui a discutir onde é apresentada a autorização de contratação de um empréstimo de médio e longo prazo de vinte e cinco milhões de euros, sendo dezoito milhões para indemnização e sete milhões para investimento, com amortização a vinte anos.-

-----Comparemos:-----

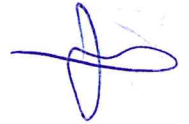
-----Pelo PS:-----

-----Empréstimo de cinquenta vírgula trinta e cinco milhões com amortização em vinte e cinco anos;-----

-----O empréstimo era garantido por quatro bancos com variações de *spread* entre os dois vírgula vinte e cinco por cento e os três por cento, com taxas de juro Euribor a seis meses, em média negativas de zero vírgula dois por cento, à data de quinze de dezembro de dois mil e dezassete.-----

CÓPIA Cópia Cópia Cópia





-----Com este executivo:-----

-----Empréstimo de vinte e cinco milhões (menos de metade de dois mil e dezassete);-----

-----Amortização em vinte anos;-----

-----As propostas variaram com taxa fixa entre três vírgula nove e quatro por cento;-----

-----Com taxa de juro variável: Euribor a seis meses, à data, quatro vírgula zero três por cento acrescida de um *spread* que varia com os seis bancos entre zero vírgula três e um vírgula nove por cento.-----

-----Ora, o BCE, enquanto entidade refinanciadora para empréstimos bancários, tem como taxa de juro atual quatro vírgula cinco por cento, consideramos que as condições propostas são francamente aceitáveis, com uma taxa de juro fixa de três vírgula nove por cento, com possibilidade de amortização antecipada.-----

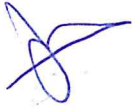
-----Portanto, não se compreende muito bem as críticas do PS em reunião do executivo, quando em dois mil e dezassete foi este partido que aprovou um empréstimo do dobro deste, e por vinte e cinco anos, com encargos ainda piores do que os de agora.-----

-----Aliás, na declaração de voto na reunião de quinze de dezembro de dois mil e dezassete disseram: *“O PSD não suporta que o empréstimo tenha sido negociado em excelentes condições e que permita que o orçamento municipal não fique penalizado, ganhando, com isso, a capacidade de investimento e o bem-estar dos barcelenses”*.-----

-----E ainda na mesma reunião disseram: *“A proposta da adenda foi aprovada na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de novembro do corrente ano e será, agora, submetida à ERSAR e ao Tribunal de Contas”*.-----

-----Isto foi dito na aprovação do empréstimo de cinquenta vírgula trinta e

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cinco milhões de euros em dois mil e dezassete.-----

-----Agora, na reunião extraordinária de dezassete de novembro de dois mil e vinte e três, na semana passada, disseram: “A votação contra esta proposta tem como fundamento o facto de ainda não ser conhecida a resposta da ERSAR, após a resposta apresentada pelo município às objeções formais e legais anteriores daquela ERSAR”. Acrescentando: “A posição do Tribunal de Contas ainda não se mostra clarificada em definitivo”.-----

-----Votaram contra, com argumentos que utilizaram para votarem a favor em dois mil e dezassete!-----

-----Afinal em que é que ficamos? Ainda bem que estas sessões não são assistidas pelo humorista Ricardo Araújo Pereira, senão tínhamos comentário em horário nobre da televisão...-----

-----Por fim, dizer que o BTF votará favoravelmente este ponto dois da ordem do dia por acautelar os interesses do município e dos barcelenses e credibilizar os compromissos assumidos por este executivo municipal.-----

-----Muito obrigada.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda.-----

**DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso** – Muito obrigado, senhor presidente.--

-----Senhora e Senhor Secretário, Senhor Presidente de Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público em geral, Comunicação Social e quem nos vê e ouve via *Web*.-----

-----Serve-me para introdução neste ponto o que acabei de ouvir da senhora deputada, que é interessante como alguém que diz, com uma certa justiça natural de quem assim afirma, que é inusitado fazer-se qualquer comentário neste ponto que não seja o referente ao empréstimo que está em causa. E o

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



que ouvimos da senhora deputada foi, durante este período de tempo, fazer uma comparação com uma proposta do PS que não interessa para nada nem para o caso, ou seja, não tem nada a ver com a proposta que está aqui em causa. Portanto, esta retórica daquilo que se pretende dizer, com o argumento introdutório que é errado, não faz sentido fazer outras observações, cai por terra e por isso eu vou fazer uso desse facto.-----

-----Na verdade, a partir do momento que já foi aprovada a adenda, naturalmente que está aprovado este processo, pelo menos pela maioria, por quem aprovou a mesma adenda, faz parte. Se lá diz que tem um empréstimo a contrair, naturalmente que depois esse empréstimo será aprovado por quem aprovou esta mesma adenda. Portanto, isso é quase que inevitável.-----

-----Agora, o que me interessa discutir enquanto nome do Bloco de Esquerda nem é a consulta de mercado, não nos compete a nós fazer qualquer consulta de mercado ou analisar as propostas que possam ser entregues, parto do princípio que a aceitação será a melhor proposta na salvaguarda do interesse público, e, portanto, não tenho qualquer meio de desconfiança sobre essa situação, de maneira alguma, nem o pretendo fazer, o que me interessa é discutir duas ou três questões que me parecem pertinentes ao momento.-----

-----Em primeiro lugar, reiterar o que foi dito anteriormente pelo senhor deputado independente Miguel Costa Gomes sobre as dúvidas levantadas, sobre como fazer para no caso, até com alguma naturalidade que possa existir, de não ser aprovada até ao final do ano e não entrar em vigor. Como é que depois daquele gáudio e o regozijo “finalmente resolvemos o problema”, como é que isto se vai resolver, caso assim seja? E é pertinente essa dúvida.-----

-----Assim como é pertinente nós sabermos, eu admito que há uma expectativa, não sendo uma questão de fé, eu admito essa expectativa de que vai ser aprovada até ao final do ano. Mas se não for? E se a ERSAR recusar as

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

respostas que a Câmara entregou? Qual será a resposta da ERSAR às respostas da Câmara? Isto ainda não há conhecimento. Nós até achamos e considero que as objeções que foram levantadas pela ERSAR não estão respondidas, ou parte dessas objeções, se calhar mais estruturais, não estão respondidas. Portanto, há aqui uma antecipação que eu admito que possa ser até por uma questão de salvaguarda para que no próximo ano possa ficar inscrito, até acho isso legítimo, agora enquanto processo não nos parece ser o mais correto.-----

-----Portanto, as nossas dúvidas subsistem sobre dois aspetos:-----

-----Um, processual, pelo que acabei de dizer e porque nada está garantido, pelo menos até ao momento não vejo ninguém garantir que essa forma tão linear e taxativa que não seja necessário o visto prévio do Tribunal de Contas. Continuo com essa dúvida e não sei exatamente qual é o esclarecimento que a Câmara poderá dar de uma forma mais evidente, porque o que até agora disse não parece ser de maneira alguma convincente;-----

-----E depois é uma questão de princípios. Ou seja, nós temos que aprender com o passado para termos futuro. E esta é uma frase lapidar que encaixa perfeitamente neste sentido. A gestão da água para nós, Bloco de Esquerda, tem que ser obrigatoriamente pública porque cada vez mais é necessário ter essa gestão, enquadrada inclusive numa resposta de salvaguarda e de defesa do ambiente. Portanto, resgatar o serviço público é uma questão que deve estar em cima da mesa. E eu creio que esta autarquia, que este município, que este executivo nunca colocou esta questão nestes termos, refugiando-se sempre num conjunto de valores. E eu já ouvi valores díspares, nós já aprovámos nesta Assembleia um resgate de setenta e oito milhões, foi aprovado nesta Assembleia, nunca nada foi dito em contrário. Portanto, nunca percebi porque é que esta hipótese não era colocada ou estas hipóteses não podem ser colocadas?! Ou então dizer um valor daqueles muito elevados que depois



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

naturalmente servem de argumento para se dizer que não é possível. Portanto, este lado processual é para nós importante. Este lado, digamos, de princípios, de valores e daquilo que consideramos ser justo e adequado enquanto gestão é para nós um dado importante a ter em atenção e, por isso, tem todo o cabimento que seja aqui referido e tem todo o cabimento que, mais uma vez, seja reforçada esta ideia, esta opinião.-----

-----A gestão de um bem do qual depende a vida, os ecossistemas, o bem-estar social não pode ser entregue e mantido na esfera de um estado mínimo, na conceção do lucro do setor privado. Não pode. Para nós não é sequer questionável, chamem-lhe até uma questão ideológica, admito que é e é sem dúvida alguma.-----

-----A água não é um recurso para mercantilizar.-----

-----E por isso, como foi dito há pouco, e muito bem, que urge agir na defesa do Rio Cávado, para nós também urge agir na defesa da água como serviço público, até porque é do rio que é captada para nós a consumirmos.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.-----

**DEPUTADO DO TB – José Rosa** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Sobre o empréstimo, que é isso o que nos traz aqui, nada, absolutamente nada, a dizer. É a sequência daquilo que foi aprovado e por princípio tenho confiança nas pessoas que compõem a comissão de análise, são pessoas que merecem toda a credibilidade e confiança, e estou convencido que fizeram o melhor em prol do bem comum. Quanto a isso estamos conversados, ou seja,

CÓPIA Cópia Cópia Cópia Cópia



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do ponto de vista técnico não tenho nenhuma dúvida.-----

-----Aquilo que levou ao empréstimo, ou seja, o acordo, aí já tenho algumas reservas. E, tal como em vinte e oito de fevereiro e vinte e oito de setembro, também agora me irei abster e informo já a mesa que apresentarei uma declaração de voto escrita para ficar na ata.-----

-----Isto é a democracia a funcionar, por vezes a nossa posição coincide com a da maioria, outras vezes é divergente, como foi este caso, contudo há que pôr as coisas em marcha, ainda que contra a nossa vontade as coisas têm que avançar.-----

-----Portanto, já vamos na terceira sessão desta Assembleia sobre o tema da água e aqui surge a minha primeira dúvida. Esta trajetória prevista ou a trajetória que foi opção do executivo está a decorrer como previsto? Nós vemos dúvidas constantes seja da ERSAR, seja do Tribunal de Contas, etc., etc., umas vinculativas, outras não vinculativas, umas mais ou menos, e eu confesso que tenho as minhas dúvidas, inclusivamente através da mesa da Assembleia meti um requerimento para pedir as tais respostas que foram na altura as dúvidas suscitadas pela ERSAR. E a minha dúvida muito concreta é esta: a trajetória está a correr como previsto ou surgiram pedras no caminho que não estávamos a contar?-----

-----E era só.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Agora tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do Grupo Municipal do CDS.-----

**DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, demais Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e demais Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia Municipal, Minhas



Senhoras e Meus Senhores.-----  
-----Uma vez mais, estamos aqui a falar do chamado “problema da água e do saneamento”.-----  
-----Já aqui o disseram, urge pôr fim a este assunto!-----  
-----O executivo municipal vem-nos pedir autorização para a contratação de um empréstimo que tem por exclusiva finalidade pôr fim ao problema da água e saneamento, à sua fase litigiosa.-----  
-----O CDS irá acompanhar a proposta ora apresentada votando, naturalmente, a favor dessa autorização.-----  
-----Sempre o dissemos e defendemos que a resolução do problema da água e do saneamento poderia passar por um acordo entre concedente e concessionária, com o eventual prolongamento da concessão, se necessário.-----  
-----É precisamente essa a solução em que se vem trabalhando.-----  
-----Todos estamos de acordo que o problema existe, é uma evidência, é do conhecimento público.-----  
-----O Partido Socialista, nos doze anos que esteve à frente dos destinos do concelho, tomou a opção de tentar resolver o problema da água e saneamento pela via judicial.-----  
-----Todos sabemos para onde nos conduziu essa judicialização.-----  
-----Uma condenação do município a pagar à concessionária de cento e setenta e dois milhões de euros mais juros.-----  
-----Depois de esgotada a fase contenciosa, o executivo municipal do Partido Socialista tentou a resolução pela via negocial, sem qualquer sucesso, como o sabemos.-----  
-----Estando este executivo em vias de resolver o problema da água e saneamento, pela via negocial, por que motivo é que o Partido Socialista está contra?-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não foi pela via negocial que o Partido Socialista tentou resolver o problema da água e saneamento após o insucesso da via judicial?-----

-----O que é que defende o Partido Socialista hoje?-----

-----O que é que propõe para a resolver este problema?-----

-----Ninguém sabe, nem mesmo o próprio Partido Socialista, pois que nada existe, nada propõe!-----

-----Como já o referimos, o CDS está do lado daqueles que querem resolver o problema da água e do saneamento.-----

-----E queria aqui fazer um pequeno aparte em relação ao que o senhor deputado independente Miguel Costa Gomes aqui disse. Eu lembro aqui os presentes que, apesar do PSD nessa altura ter votado contra o pedido de empréstimo que o executivo do PS aqui pediu, o CDS absteve-se e esse empréstimo foi viabilizado. Portanto, o próprio CDS, pela abstenção, viabilizou a concessão desse empréstimo.-----

-----O CDS votará, naturalmente, a favor da contratação deste empréstimo.---

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Nelson Brito, do Partido Socialista.-----

**DEPUTADO DO PS – Nélson Brito** – Muito boa noite.-----

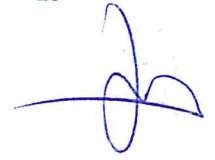
-----Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Queria aqui, antes de entrar propriamente no tema, fazer dois apontamentos:-----

-----Um em resposta à senhora deputada do BTF que veio aqui dizer que, a propósito da posição do PS, isto era tema para o Ricardo Araújo Pereira. Eu

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA





recordo que o BTF já foi a favor, já foi contra e agora... pronto, já teve todas as posições e será talvez a única força política que já teve todas as posições sobre este assunto. Portanto, isso, sim, seria motivo para o Ricardo Araújo Pereira e é bom que ele não esteja a ouvir, senão vocês acabam por ter aqui uma visibilidade adicional.-----

-----Em relação àquilo que disse o senhor deputado do CDS, urge pôr fim. Com certeza que sim, não a qualquer preço, não a qualquer preço. E esse é também um comentário que queria deixar aqui. E não me alongo mais porque o tempo é curto e a intervenção é única pelos vistos.-----

-----Obviamente que o PS votará contra a celebração deste empréstimo na medida em que é uma peça fundamental para executar o acordo que foi feito pelo executivo com os parceiros privados e contra o qual também nós votámos. Portanto, se o PS vota contra o acordo, naturalmente tem que votar contra uma peça fundamental da execução desse mesmo acordo. Portanto, eu acho que isso não surpreende ninguém, como não surpreende ninguém, como disse aqui o senhor deputado do Bloco de Esquerda, que, enfim, todas as bancadas, todos os deputados sigam neste ponto hoje aquilo que votaram em relação à adenda ao acordo.-----

-----Agora, recordo uma coisa: é que nós estamos aqui a trabalhar na base, no pressuposto de que o acordo vai ser efetivamente homologado e assinado, porque as notícias que saem, e é também em jeito de pedido de esclarecimento que também já foi aqui feito, é saber exatamente o que é que disse a ERSAR sobre as respostas que a Câmara enviou às questões que a ERSAR levantou, o que é que disse o Tribunal de Contas e o que é que diz o TAF de Braga. Eu não sou jurista, portanto, nem sequer vou entrar nessa discussão porque não tenho competência para isso, mas sei fazer perguntas e a pergunta fica: o acordo foi homologado ou não foi homologado? O acordo está em vigor ou não está em

CÓPIA Cópia Cópia Cópia Cópia

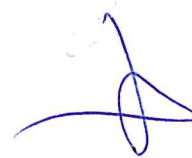


BARCELOS  
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vigor? Porque eu presumo que nenhum banco vai emprestar dinheiro à Câmara se não tiver a certeza absoluta que o acordo está juridicamente em vigor. Portanto, essa é uma questão que também deixo.-----

-----E depois há aqui uma questão da proposta em concreto. É proposto, se não estou em erro, atribuir a adjudicação ao Banco Montepio na vertente taxa fixa, salvo erro, quatro por cento. Do meu ponto de vista há algumas imprecisões no documento que vem na comparação das propostas na medida em que, por exemplo, nas taxas variáveis, aquelas simulações que lá estão, se não vi mal, e se vi mal fica já aqui o meu pedido de desculpas, porque foi considerado que a taxa variável seria fixa ao longo de todo o prazo do contrato à taxa variável de hoje. Ora, se é uma taxa variável com certeza que não vai ser uma taxa fixa. Ora, comparar uma proposta de taxa fixa com uma taxa variável, que é pura e simplesmente fixada somando o *spread* ao indexante naquela data, não é a meu ver correto e enviesa o resultado. Porque se nós formos ver as expetativas de taxas Euribor para dois mil e vinte e quatro já há expetativas de redução dessas taxas. O que quer dizer que muito provavelmente a taxa variável com o *spread* vai produzir uma taxa de juro global do contrato inferior à taxa fixa que aqui se propõe adjudicar. Isso é importante! Porque para vinte e cinco milhões de euros é importante termos aqui uma noção de que cada ponto percentual da taxa de juro representa duzentos e cinquenta mil euros que o município poderá ter que pagar a mais ou a menos ao banco. E a minha perspetiva, por isso é que estou a dizer salvaguardo que possa ter analisado mal, e não tenho problema nenhum em assumir aqui se cometi esse erro, mas a minha perspetiva é que o que se devia fazer era adjudicar uma taxa variável, porque existe a opção de reembolso antecipado sem qualquer penalização para o município, e aquilo que está a ser feito é garantir já uma taxa de quatro por cento, quando nós podemos vir a muito breve prazo, ainda em dois mil e vinte e



quatro, ou que seja em dois mil e vinte e cinco, ter uma taxa de juro inferior a quatro por cento, e tê-la por um período longo. E quando a taxa eventualmente subisse aí, sim, exercia-se o reembolso antecipado e mudava-se para outro contrato de financiamento.-----

-----Portanto, esta é a perspetiva que eu queria aqui deixar para a consideração do executivo e, caso obviamente mereça essa análise, acho que ainda vai a tempo de eventualmente poder merecer uma reapreciação da decisão que aqui está proposta para ser tomada por esta Assembleia. Era isto que eu queria também deixar.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado do Chega, António Jardim.-----

**DEPUTADO DO CH – António Jardim** – Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Comunicação Social e todos aqueles que nos acompanham via *Web*.-----

-----A solicitação aqui apresentada pelo executivo para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros é para colocar um ponto final na adenda ao contrato da concessão da água, aprovado nos dois pontos em discussão na sessão extraordinária de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três.-----

-----Relembramos que em vinte e oito de setembro houve uma revisão aos dois pontos que foram novamente aprovados.-----

-----Hoje o PS estará certamente feliz, pois não podemos esquecer que foram os grandes obreiros da dívida em que se encontra o Município de Barcelos e digo isto porque só quando estiver o processo concluído é que podemos dizer que vamos virar uma página política em Barcelos.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Chega neste ponto vai manter-se numa posição neutra, assim como o fizemos aquando da votação em vinte e oito de fevereiro e também na revisão em vinte e oito de setembro. Para a nossa tomada de posição será importante verificarmos que em dois mil e quatro foi efetuado um péssimo contrato, já aqui assumido pelo presidente em exercício, e para mal dos barcelenses.-----

-----Mas o pior foram mesmo os doze anos de executivo socialista, que ao tomarem várias decisões, ou melhor dizendo, muitas indecisões, colocariam os cofres do município e os barcelenses numa autêntica bancarrota, ou seja, à boa moda socialista.-----

-----Já elogiámos a postura do atual executivo neste processo, mas recordamos que no nosso entender não foi feito tudo o que seria necessário para bem dos barcelenses. Pois enquanto houver uma família barcelense sem acesso à água não poderemos ficar descansados.-----

-----Segundo o Partido Socialista, o que pode ser discutível é o facto de ainda não existir uma posição final da ERSAR.-----

-----Para o Chega o que pode ser discutível é a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, que terá de validar o contrato da resolução do litígio. Assim sendo, prevê-se então que o próximo orçamento municipal seja também baseado em pressupostos, ficaremos a aguardar.-----

-----Senhor presidente, lanço-lhe algumas questões:-----

-----Partindo do princípio que o TAF valida o contrato, pode indicar-nos o que será feito no imediato e quais as prioridades do executivo relativamente à cobertura na ligação da água, ou seja, já estão definidos os locais onde se iniciam as obras de ampliação da rede de abastecimento?-----

-----A empresa concessionária está preparada para iniciar a implementação da rede no imediato?-----

-----A previsão inicial quanto à taxa de cobertura vai sofrer alterações ou está

dentro dos tempos previstos, isto é, até ao momento já se regista algum tipo de atraso ou não?-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora, para encerrar as intervenções dos grupos municipais, o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Partido Social Democrata.-----

**DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias, Comunicação Social, Caro Público aqui presente e todos aqueles que nos seguem via *Web*.-----

-----Encontramo-nos nesta Assembleia Municipal a discutir e votar a proposta do executivo para a realização de um contrato de empréstimo, de médio e longo prazo, no valor de vinte e cinco milhões de euros, para o financiamento do acordo relativo ao contrato de concessão de água e saneamento, no concelho de Barcelos.-----

-----Desses vinte e cinco milhões de euros do empréstimo, dezoito milhões destinam-se a pagar a indemnização prevista no acordo da água, e sete milhões para financiar investimento em instalação de rede e na construção de ETAR's, nomeadamente em diversas freguesias do concelho ainda muito carenciadas ao nível destas infraestruturas. O acordo da água alcançado permitirá que Barcelos atinja uma taxa de cobertura de quase cem por cento na água e mais de oitenta por cento no saneamento, recuperando do atraso a que foi deixado durante doze anos de governação municipal do Partido Socialista.-----

-----Não esquecemos, os barcelenses jamais esquecerão, que a judicialização do *dossier* da água, realizada pelo Partido Socialista, para além dos elevados



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

custos financeiros, originou ainda, por via da suspensão dos investimentos na rede, um gigantesco custo social e na saúde pública do concelho, pois ainda hoje mais de metade dos barcelenses continuam sem saneamento básico e em vinte e três freguesias não existe ainda um único metro de rede instalada.-----

-----O Partido Socialista continua a votar contra mas não apresenta uma única alternativa para resolver o problema que criaram. Continuamos todos sem saber, os barcelenses continuam sem saber qual a alternativa credível que o Partido Socialista tem para resolver o problema do *dossier da água* e o seu financiamento.-----

-----Deixaram como herança uma dívida monstruosa de duzentos e vinte milhões de euros derivada da gestão errática e meramente eleitoralista que os executivos socialistas sempre tiveram no dossier da água. Com avanços e recuos, oscilando entre a renegociação do contrato, o resgate do contrato e a aquisição do capital da empresa Águas de Barcelos, mas nenhuma dessas opções tiveram capacidade de implementar.-----

-----O Partido Socialista continua a preferir que a concessionária execute a sentença e o município fique numa situação de falência e sob assistência financeira e sem capacidade de poder investir e apoiar as juntas de freguesia durante as próximas décadas, comprometendo seriamente o desenvolvimento do concelho.-----

-----Um exercício interessante é analisarmos a proposta de financiamento apresentada pelo Partido Socialista em dois mil e dezassete e compará-la com a atual proposta de financiamento. A atual proposta de financiamento é muito melhor do que a de dois mil e dezassete em todos os níveis, pois apresenta:-----

-----Menos montante de endividamento;-----

-----Menos duração do empréstimo;-----

-----Menos taxa de juro;-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



-----Menos montante global a pagar;-----

-----E continua a permitir a amortização antecipada do empréstimo.-----

-----Senhor deputado Nélon Brito, aconselho-o a ler melhor a proposta, porque a única proposta que não permite pagamento antecipado do empréstimo foi excluída. Era precisamente uma proposta com taxa fixa que não permitia o pagamento antecipado do empréstimo, mas foi excluída. Ora, a que foi aceite permite o pagamento antecipado do empréstimo, o que significa que, se a Euribor tiver um comportamento em baixa, permite-nos pagar a amortização deste empréstimo e contrair um em condições melhores. Eu lembro-me perfeitamente, o senhor deputado Nélon Brito, não foi deste lado, foi daquele, que a bancada estava daquele lado, a forma como defendeu acerrimamente a proposta de dois mil e dezassete. E a grande bandeira quer do senhor deputado Nélon Brito, quer do ex-presidente da Câmara, senhor deputado Miguel Costa Gomes, era a possibilidade de pagamento antecipado do empréstimo. Pois o que na altura, em dois mil e dezassete, era a grande vantagem, hoje passou a ser uma desvantagem. Esta proposta é bem diferente da proposta de dois mil e dezassete, senhor deputado independente Miguel Costa Gomes.-----

-----Dado o nervosismo da bancada do PS, tenho um mapa que desenvolvi do estudo comparativo das duas propostas de financiamento, que poderei facultar à bancada do Partido Socialista para, da próxima vez, se prepararem melhor para o debate político.-----

-----Por isso é que o Partido Socialista pouco fala da proposta de financiamento e continua a querer falar mais da ERSAR e do Tribunal de Contas. Mas, em relação ao Tribunal de Contas, o mesmo já referiu que não é necessário dar parecer sobre a minuta do contrato. Em relação à ERSAR, vamos ficar atentos, todos os barcelenses ficarão atentos, à posição do Partido

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Socialista, o que irá dizer o Partido Socialista sobre a ERSAR quando aqui vier a discussão as taxas sobre os resíduos.-----

-----E para terminar, senhor presidente, pelo exposto, a bancada do PSD votará, naturalmente, a favor da proposta de financiamento.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor presidente da Câmara.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Renovo os cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Caras e Caros Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias, Caro Público, Comunicação Social e todos os que nos seguem pela *Internet*.-----

-----Naturalmente dizer-vos que assisti com muito agrado a toda esta questão relativa à proposta que apresentámos de empréstimo e que resulta apenas e só, como aqui foi dito também por quase todos, porque em setembro último, em sede de reunião de Câmara e em sede de Assembleia Municipal, foi aprovada a terceira adenda ao aditamento do contrato de concessão de exploração de água e saneamento pela Águas de Barcelos. Naturalmente que nesse acordo resultava que a Câmara Municipal teria que fazer um pagamento indemnizatório na ordem dos dezoito milhões de euros e ficou responsável por fazer investimentos na ordem dos sete milhões de euros. E aproveito para começar a responder a algumas das questões aqui levantadas.-----

-----Naturalmente que sabemos, senhor deputado do Chega. Começarão as obras para a expansão da rede naturalmente logo após a validação, através de sentença homologatória, do acordo pelo TAF de Braga. Naturalmente que, como está absolutamente inscrito no acordo, há obras que competem à





concessionária e há obras que competem ao município. As obras que competem ao município, também aqui nesta proposta estão bem definidas, têm a ver com a ETAR em Fragoso e com as obras de rede em Aldreu, Palme e Fragoso.-----

-----Respondendo ao senhor deputado José Maria Cardoso, naturalmente que nós, e eu disse-o em fevereiro de dois mil e vinte e três e em setembro repeti-o, equacionámos no início das negociações todas as hipóteses em cima da mesa: a aquisição completa, o resgate e a negociação. Naturalmente que tivemos que nos socorrer de estudos e apoiámo-nos nos estudos. Inclusive no estudo, como eu aqui já disse em Assembleia Municipal, que o executivo socialista fez já no final do mandato e que, relativamente ao resgate, dizia que os valores eram na ordem dos duzentos e trinta milhões de euros. para além de isso ser absolutamente inexequível, teria também uma agravante que nós não poderíamos aceitar, que era: iria diminuir o investimento e iria condicionar o futuro de Barcelos por largas décadas. Portanto, não era possível fazê-lo.-----

-----Chegámos ao acordo possível e tanto falaram na ERSAR que se esqueceram de uma parte importante no relatório da ERSAR ou no parecer da ERSAR. O parecer da ERSAR diz taxativamente que ainda bem que não foi feito o acordo proposto pelo executivo socialista em dois mil e dezoito, porque desse acordo resultaria um prejuízo incrível para os cofres municipais e para os munícipes. E também diz lá que este acordo que nós propusemos permite pôr fim a um litígio de muitos anos e também simultaneamente permite recuperar um investimento que tão preciso é.-----

-----E aqui, respondendo ao senhor deputado Miguel Costa Gomes, dizer-lhe que gostei de o ouvir dizer que milhares de pessoas já se ligaram à rede. Está a ver a falta que fazia resolver o problema da água? Doze anos e não resolveu o problema da água? Doze anos! E as pessoas ainda sem o acordo concluído já, milhares, se ligaram, porque efetivamente é uma necessidade importante. Mas

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quero sossegá-lo, esteja perfeitamente descansado que ninguém vai ser executado em janeiro de dois mil e vinte e quatro. Porquê? Porque, primeiro, confio que o acordo será concretizado em tempo. Em segundo lugar, mesmo que tal não venha a acontecer, haverá o bom senso de ambas as partes – e eu já acautelei essa questão – para que essa situação não ocorra. Portanto, não haverá qualquer penalidade para os munícipes que, e bem, se ligaram, porque era fundamental aproveitar uma rede instalada que durante doze anos, repito, doze anos, ficou obsoleta e sem utilidade, porque efetivamente o Partido Socialista não soube ou não quis que houvesse essa ligação.-----

-----Quanto à questão que também foi levantada aqui pelo deputado Nélon Brito, obviamente que eu concordo com ele, não pode ser a qualquer preço, sem dúvida, por isso é que nós fizemos uma proposta melhor à que vocês apresentaram. E recorde-lhe as suas frases quanto à nossa declaração de voto na altura. Dizia, a páginas tantas, o seguinte: *“Desafio aqui o PSD a demonstrar em que se baseia para dizer que existe um risco considerável depois de dois mil e vinte e cinco a taxa de juro do contrato poder chegar aos cinco ou seis por cento. E porque não sete ou oito por cento...? E porque não dois ou três...? A taxa é exatamente isso, é variável. Mas desafio mesmo. (...) A não ser que o PSD tenha dotes adivinhatórios, a taxa não vai subir”*. Afinal subiu. Afinal subiu! Afinal subiu!-----

-----E isto vem a propósito de quê?-----

-----Respondo assim já aos dois, ao deputado Miguel Costa Gomes e ao deputado Nélon Brito. Nós votámos contra exatamente por três questões que objetivamente lá colocámos, são os requisitos fundamentais:-----

-----Os vinte anos em vez de vinte e cinco anos. E porquê os vinte anos como nós agora propomos? Porque um estudo mandado fazer pelo executivo anterior à ReportMaxi apontava que a melhor proposta seria um empréstimo na ordem



dos vinte anos, penalizava menos os cofres municipais. Daí nós termos perguntado porque é que o Partido Socialista na altura, em vez de acolher as recomendações de um estudo que mandou fazer, fez para vinte e cinco anos.----

-----Outra preocupação que nós aqui também acautelámos foi que o empréstimo não fosse para além do prazo contratado que nós propomos. Nós propomos uma extensão de mais vinte anos ao contrato de concessão, naturalmente fizemos com que esse empréstimo terminasse antes dessa exposição.-----

-----E um terceiro tem a ver exatamente com a exposição à flutuação dos juros bancários. E como bem disse, tecnicamente melhor do que eu, o deputado Alexandrino Ribeiro, esta proposta permite-nos, caso venha a acontecer, daqui a três, quatro, cinco, dez anos, uma melhoria significativa de taxa de juro, que nós possamos renegociar o empréstimo de forma a acautelarmos melhor os cofres municipais. Isto chama-se boa gestão.-----

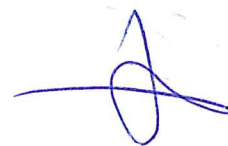
-----Depois disse outra coisa engraçada: “Como é que os bancos aprovam um acordo que não foi homologado?!”. Vocês apresentaram duas vezes, em dois mil e dezassete e dois mil e dezanove, dois empréstimos e não concretizaram o acordo. Sabem qual é a grande diferença? Vocês apresentaram três propostas e nenhuma delas executaram. Fizem uma proposta, como foi dito aqui pelo senhor deputado José Maria Cardoso, de resgate, foi aprovada em Assembleia Municipal, não concretizaram. Houve a oportunidade de adquirir setenta e cinco por cento do valor da concessão por trinta e cinco milhões de euros, não o fizeram. Tiveram a oportunidade também de fazer um acordo em dois mil e dezassete com cinquenta e um/quarenta e nove, não o concretizaram. E agora vêm dizer que os bancos, enquanto não houver homologação, não emprestam? Não é verdade. Emprestem, emprestam. O que nós, e bem, dizemos aqui é que o empréstimo é utilizado para este fim e só exclusivamente para este fim:



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

indemnizar quando o acordo estiver homologado. Portanto, isto nem é uma questão, não sei porque o referiu, mas nem sequer é uma questão que se possa colocar. Mas dizer que efetivamente falharam no acordo, falharam no empréstimo uma, duas, três vezes. Nós vamos conseguir fazer o acordo e vamos conseguir fazer o empréstimo. Porquê? Porque é um desígnio para Barcelos, é importante para Barcelos.-----

-----Quanto à questão da ERSAR que vocês sempre estão muito preocupados. Quero dar-vos nota que nós respondemos à ERSAR em todos os pontos não concordando legitimamente com a opinião que a ERSAR colocou e explicando, explicando com pareceres. As duas questões mais sensíveis que a ERSAR coloca têm a ver com a extensão do prazo em mais vinte anos e a ida ou não a visto prévio do Tribunal de Contas. Nas duas questões temos pareceres consistentes, como eu aqui disse na reunião de vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três, dos professores Lino Torgal, Sérvulo Correia e João Amaral e Almeida, que são, nesta matéria administrativa, sumidades, e os três na mesma linha. Aliás, desafio o Partido Socialista nessa Assembleia Municipal a encontrar-me um acórdão ou um parecer de um qualquer professor, doutor, que viesse dar um parecer no sentido contrário a este. Até hoje. É porque não há. Nós também fizemos o trabalho de casa e procurámos. Mas mesmo assim, eu disse e mantive-o, independentemente de termos pareceres a dizer que não era necessário enviar para o Tribunal de Contas, para visto prévio, nós para descansar, acautelar e porque eu acho, repito o que disse em vinte e oito de setembro, acho fundamental não restar qualquer dúvida, ser a forma mais transparente possível, para que todos nós nos sintamos confortados, para que os barcelenses percebam que todos os passos, mesmo aqueles que – a oposição – quiseram inquirar ou intoxicar ou manipular a comunicação para que os munícipes pudessem efetivamente estar sossegados, e enviámos a minuta.



Recebemos o parecer do Tribunal de Contas, devolveu-nos, que não precisava do visto do Tribunal de Contas relativamente às minutas. O que é que fizemos? Assinámos o contrato a semana passada com a escritura pública e enviámos para o Tribunal de Contas para eles se pronunciarem.-----

-----Quanto ao TAF, tivemos uma sessão no dia vinte e cinco de outubro e naturalmente os nossos advogados colocaram a questão ao senhor juiz presidente, dando-lhe nota de que iríamos pedir naturalmente o visto prévio e ele de uma forma avisada naturalmente disse: “Então aguardo esse parecer e depois fazemos a homologação da sentença”. Isto é claro, transparente e sem qualquer dúvida de entendimento. Portanto, estamos muito confortáveis, temos pareceres robustos. Obviamente a minha confiança advém destes pareceres robustos e dessa sustentação que nos é dada por estes pareceres, naturalmente. Estou muito confiante que o parecer em tempo será dado e também que o TAF de Braga, em tempo, possa validar este acordo.-----

-----Quanto à questão que nos traz aqui hoje, que é do empréstimo, dizer-vos que tecnicamente, se quiserem mais alguma questão, o senhor vereador José Paulo Matias poderá esclarecer. Aquilo que me colocaram não me parece que tenha mais qualquer tipo de dúvida. Ah, o senhor deputado José Rosa perguntou se havia dúvidas constantes e se estava tudo a correr bem. Está tudo a correr bem, está tudo a correr como o previsto, aguardamos uma decisão do Tribunal de Contas se efetivamente é necessário ou não o visto e, se for necessário o visto, se emite o visto, naturalmente. Portanto, quando isso acontecer recorreremos ao TAF para fazer a aprovação do acordo.-----

-----Quanto à questão da ERSAR, para finalizar. A ERSAR apresentou um conjunto de recomendações e colocou algumas questões. Como eu disse, as duas questões que colocou mais pertinentes ou mais suscetíveis de criar algum desconforto foram essas: a extensão do prazo e o visto do Tribunal de Contas. O

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

visto do Tribunal de Contas será resolvido pelo próprio Tribunal de Contas. Quanto à extensão, naturalmente sendo visado ou sendo homologado o acordo essa questão também fica sem qualquer tipo de problema, qualquer tipo de dúvida ou qualquer tipo de melindre.-----

-----Portanto, estão reunidas as condições e assim espero que votem favoravelmente porque estamos a contribuir, como disse aqui, e bem, o senhor deputado Miguel Costa Gomes, para que mais, milhares de barcelenses, se liguem à rede de água e saneamento e possam usufruir de água e saneamento, que durante doze anos estiveram impedidos.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara.--

-----Vamos então passar à votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, ao Montepio, nos termos da proposta, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de Barcelos, S.A.-----

-----Vou então colocar à votação!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Dezasseis: catorze PS, dois BE)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Sete: três CH, dois PS, dois TB)-----

-----Quem vota a favor?-----

----- (Noventa e cinco: trinta e dois PS, trinta e quatro PSD, vinte e dois BTF, dois CDS, cinco IND)-----

-----Esta proposta está aprovada por maioria com noventa e cinco votos a favor, dezasseis votos contra e sete abstenções e reúne a maioria dos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



deputados em efetividade de funções.-----

-----Vamos passar ao ponto número três da ordem do dia: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa às minutas de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e as Freguesias/Uniões de Freguesia identificadas na mesma, que têm por objeto regular o financiamento da aquisição de combustível a utilizar no transporte de crianças e alunos do EPE e Primeiro Ciclo, durante o ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro.-----

-----Inscrições!-----

-----Não há inscrições.-----

-----Vamos então votar esta proposta!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----A proposta está aprovada por unanimidade (quarenta e oito PS, trinta e quatro PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, cinco IND).-----

-----Vamos passar ao ponto quatro da ordem de trabalhos: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e as Freguesias da Ucha e Martim, atinente ao Programa de Cinoterapia (Patinhas vinte e um – Intervenção Multidisciplinar com cães), durante o ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro.-----

-----Inscrições para este ponto!-----

-----Não havendo inscrições, vamos passar à votação!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Está aprovada por unanimidade nos exatos moldes da votação anterior (quarenta e oito PS, trinta e quatro PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, cinco IND).-----

-----Ponto cinco: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal respeitante à minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e a Freguesia da Várzea, relativa ao Programa Terapêutico e Hipoterapia e/ou Hidroterapia, durante o ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro.-----

-----Inscrições!-----

-----Vou então colocar à votação!-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Está também aprovada por unanimidade com a presença em auditório dos mesmos deputados da votação anterior (quarenta e oito PS, trinta e quatro PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, cinco IND).-----

-----Ponto seis: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relacionada com a minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos, o Agrupamento de Escolas e as Freguesias/União de Freguesias.-----

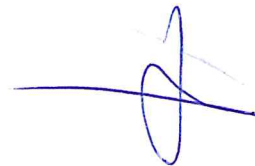
-----Inscrições para este ponto!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado António Jardim, do Chega.-----

**DEPUTADO DO CH – António Jardim** – Senhor presidente, na sua pessoa renovo os cumprimentos aos presentes.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA





-----A delegação de competências entre o município, o agrupamento de escolas e as freguesias/uniões de freguesias de Barcelos, e tal como vem sendo hábito nestas valências, terá o voto favorável do Partido Chega.-----

-----Contudo, tenho de deixar um alerta ao executivo.-----

-----Senhor presidente, tem conhecimento que os refeitórios que servem as refeições às crianças e jovens barcelenses não cumprem com o serviço contratado?-----

-----Tem conhecimento que a empresa contratada não tem comida suficiente, nem sobremesa, nem pão para todos os alunos?-----

-----Os legumes são escassos e de qualidade dúbia, a sopa em quantidade muito reduzida e sem ingredientes.-----

-----Tenho um exemplo daquilo que se passa nas nossas escolas nos dias de hoje.-----

-----Senhores deputados, são os vossos familiares que frequentam estas escolas, aceitam que assim seja?-----

-----Acontece um pouco em todas as escolas, a título de exemplo: a escola Abel Varzim, a escola de Lijó, a escola de Manhente, a escola do Rio, etc...-----

-----Indico-lhe uma exceção: a Secundária de Barcelinhos. E porque será? É de fácil resposta, tem serviço próprio de cozinha e não depende dos contratos.--

-----Na próxima sessão, e caso o executivo nada faça, o Chega vai requerer a anulação do contrato com a empresa contratada e sugerir que o executivo lance um novo concurso, os nossos filhos e netos que frequentam as escolas do nosso concelho merecem mais.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado Paulo Alves, do Partido Social Democrata.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**DEPUTADO DO PSD – Paulo Alves** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhora e Senhor Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta e de Uniões de Freguesias, Caros Colegas Deputados Municipais, Comunicação Social e Público aqui presente.-----

-----"A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário", artigo segundo da Lei número cinco/noventa e sete, de dez de fevereiro.-----

-----A educação pré-escolar é, como sabemos, constituída por duas vertentes distintas, uma de educação pré-escolar letiva, gratuita, e outra socioeducativa de apoio à família, que é comparticipada.-----

-----Ora bem, decorrente desta informação, o município tem por competência a comparticipação destas verbas para que as AAAF's (Atividades de Animação e Apoio à Família) aconteçam com normalidade e cheguem a todas as nossas crianças.-----

-----Sucede que só nos últimos dois anos, com a entrada deste executivo, é que se cumpre com o disposto no despacho número onze mil, duzentos e trinta e sete/dois mil e quinze, dois mil e quinze, vejam bem, considerando-se onze meses para o apoio previsto e não dez como era prática.-----

-----Mais, via orçamento municipal, este executivo deliberou ainda, de forma a desonerar a comparticipação das famílias, um apoio às entidades gestores (juntas de freguesia, associações de pais e IPSS'S) para as crianças nos três primeiros escalões de quarenta euros para o escalão A, vinte euros para o



escalão B e dez euros para o escalão C.-----

-----Para este executivo o apoio às famílias não é mera retórica. São medidas como estas que têm efeito no dia-a-dia e na carteira dos nossos munícipes.-----

-----Como disse aqui na última Assembleia, transparência, rigor e critério são os princípios que norteiam todas as decisões que este executivo toma.-----

-----Pelo exposto, a bancada do PSD votará favoravelmente esta proposta.----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----O senhor presidente da Câmara deseja usar da palavra?-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** – Senhor presidente, a senhora vereadora vai usar da palavra.-----

**VEREADORA DA COLIGAÇÃO – Mariana Carvalho** – Muito obrigada, senhor presidente.-----

-----Na sua pessoa cumprimentar todos os presentes.-----

-----Bem, embora o que esteja aqui em causa é esta adenda ao acordo com as juntas de freguesia, eu gostaria muito de conseguir responder ao senhor deputado António Jardim porque, embora seja uma questão absolutamente lateral àquilo que nos traz aqui, acho que nos preocupa a todos, preocupa-me a mim muito enquanto vereadora da educação e preocupa-me a mim enquanto mãe porque também tenho filhos a estudar nas escolas públicas.-----

-----Sendo assim, eu lamento profundamente que esta questão tenha sido trazida aqui e que não tenha sido enviado um *email* para a Câmara Municipal para aferir esta questão, porque podemos ter perdido alguns dias, senão mais tempo, segundo informações que tenho.-----

-----Naturalmente nós não conseguimos estar nas noventa e nove escolas, mas temos tido uma presença muito ativa sempre que há registos desta natureza e que nos fazem o favor de enviar.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A empresa naturalmente tem um caderno de encargos a cumprir e cumpre-nos naturalmente fiscalizar. A fiscalização é feita pela nutricionista do município, quadro esse que está a ser reforçado agora para estarmos muito mais presentes nas escolas. E, portanto, nós queremos continuar a ter esta fiscalização muito permanente, com visitas surpresa aos refeitórios, às cantinas, para assegurar que efetivamente a qualidade das refeições são inteiramente e integralmente cumpridas.-----

-----Era este esclarecimento que queria dar e agradeço muito que o senhor deputado me deixe ficar o registo que aí tem e que poderia ter enviado logo que teve esse conhecimento, que é para isso que aqui estamos.-----

-----Muito obrigada.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhora vereadora.-----

-----Terminamos este ponto seis, vamos passar à votação!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Está aprovado por unanimidade (quarenta e oito PS, trinta e um PSD, vinte e dois BTF, cinco IND, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE).-----

-----Vamos ao ponto sete e ao ponto oito, uma proposta para discussão conjunta, votação separada.-----

-----Ponto sete: discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos.-----

-----Ponto oito: discussão e votação do Regulamento do Município de Barcelos de Apoio à Habitação Própria e Permanente.-----

-----Inscrição para estes dois pontos!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Nuno Martins, do Partido Socialista.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



**DEPUTADO DO PS – Nuno Martins** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados, Comunicação Social, Barcelenses.-----

-----Os regulamentos apresentados pela Câmara Municipal terão da parte do Partido Socialista uma votação favorável, tratando-se de instrumentos de ação já existentes e que devem ser revistos à luz da realidade social existente.-----

-----Uma vez que a área em causa nestes regulamentos diz respeito à habitação, queremos, a este propósito, voltar a questionar o executivo municipal quanto à execução das ações previstas na Estratégia Local de Habitação, cuja revisão foi aprovada por esta Assembleia há quase um ano.-----

-----Numa altura em que se sucedem os programas governamentais de apoio à habitação e em que os municípios multiplicam investimentos e focam as suas políticas nesta área, é importante saber o que é que o Município de Barcelos está a fazer para que o nosso concelho esteja, pelo menos, a par dos municípios vizinhos.-----

-----Viana do Castelo, por exemplo, duplicou, recentemente, o valor da sua Estratégia Local de Habitação para cinquenta e um milhões de euros; Vila Nova de Famalicão tem um conjunto de ações previstas na área da habitação no valor de sessenta e dois vírgula cinco milhões de euros.-----

-----Por cá, o que é que temos?-----

-----Uma Estratégia Local de Habitação com uma verba prevista de vinte e cinco vírgula quatro milhões de euros, ou seja, metade da verba de Viana do Castelo e cerca de quarenta por cento da de Famalicão.-----

-----E o que é que sabemos?-----

-----Que a revisão da Estratégia Local de Habitação reforçou – e bem – o número total de agregados familiares abrangidos; que passou a incluir a

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

componente aquisição de terrenos mais construção; que incluiu um novo “parceiro institucional”, a Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.-----

-----Quanto ao resto pouco ou nada sabemos.-----

-----Não sabemos se vai haver financiamento integral por parte do PRR, como se propôs a Câmara Municipal.-----

-----Não sabemos o que está a ser executado deste programa fundamental e estruturante para o concelho de Barcelos, quais os projetos específicos ou quais os planos do executivo quanto ao alargamento deste programa e, muito menos, a sua política de investimentos na construção de habitação social.-----

-----Como já aqui referimos, o silêncio e o desconhecimento à volta deste assunto preocupa-nos!-----

-----É que estamos a falar de um investimento público por parte do Estado inédito no concelho, superior a vinte e cinco milhões de euros, que tem de estar executado dentro de três anos.-----

-----Ora, dada a habitual dificuldade deste executivo em cumprir prazos e orçamentos nas obras sob a sua responsabilidade, alertamos para que não se repitam as derrapagens que atualmente se verificam em obras com financiamento europeu.-----

-----Reafirmamos que o PS não tem dúvidas nem estados de alma quanto ao apoio público à habitação.-----

-----Como já aqui referimos, é necessário que a tónica das políticas públicas de habitação se concentre numa visão constitucionalmente consagrada enquanto direito universal.-----

-----A construção de um serviço público de habitação passa pela promoção de uma resposta pública centrada nos que mais necessitam, mas também nos agregados de rendimentos intermédios, assumindo, como os restantes direitos sociais, uma vocação universal.-----



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A visão do Partido Socialista defende também que os jovens devem ter respostas habitacionais, uma vez que o problema da habitação é um dos maiores bloqueios à sua emancipação e realização pessoal.-----

-----É por isso necessário ir mais longe e dar resposta a todos, aos que estudam e aos que trabalham e que lutam todos os dias para ter uma vida melhor.-----

-----Cabe à administração central e aos municípios, em articulação e através da criação dos seus próprios programas municipais de apoio ao acesso à habitação, encontrar soluções estruturais.-----

-----Deste modo, torna-se imperativo que o município execute efetivamente a Estratégia Local de Habitação e promova políticas de habitação que permitam alargar esta estratégia e implementar novos investimentos nesta matéria.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado José Padrão, do PSD.-----

**DEPUTADO DO PSD – José Padrão** – Cumprimento o Senhor Presidente e os Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas Presidentes de Junta, Deputados Eleitos, Público, Comunicação Social.-----

-----Sobre os assuntos em discussão no ponto sete e oito desta ordem de trabalhos, tratam-se de regulamentos já existentes, mas que este executivo pretende aprimorar, tornando-os mais atualizados e equitativos.-----

-----Sobre o Regulamento de Apoio ao Arrendamento Habitacional, tem por objetivo definir e clarificar as regras e procedimentos para quem é elegível ao apoio.-----

-----Pretende este executivo contribuir para uma melhor integração social das famílias barcelenses através de uma alternativa à tradicional de habitação

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

social.-----

-----As alterações mais relevantes são:-----

-----Permitir a possibilidade de arrendamento do quarto;-----

-----O rendimento considerado passou a ser o mensal líquido em vez do bruto, para evitar a dupla penalização das contribuições e impostas;-----

-----Permite ao candidato deduzir em cinquenta por cento despesas relativas ao consumo de água, eletricidade, gás, despesas de saúde, na fórmula de cálculo;-----

-----Nas condições de acesso baixa a percentagem do rendimento mensal *per capita* de oitenta para setenta e um ponto cinquenta e seis por cento, abrangendo assim mais pessoas.-----

-----Para usufruir deste apoio o município comparticipa até setenta e cinco por cento, o restante teria que ser o beneficiário a suportar. Agora abre a possibilidade a quem não tenha rendimentos próprios esses poderem ser obtidos através do apoio de um familiar.-----

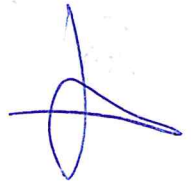
-----Sobre os limites do valor da renda mensal, passamos a fazer remissão para a portaria número cento e setenta e seis/dois mil e dezanove, de seis de junho. Assim, os valores em vez de fixos passam a ser atualizados através desta portaria.-----

-----No anterior regulamento referia-se aos requerentes maiores de sessenta e cinco anos. Agora abrange pensionistas por velhice e/ou invalidez.-----

-----Para além disso, regula o rendimento *per capita* até aos cento e quinze por cento do IAS (indexante a apoios sociais), passando assim a abranger mais pessoas.-----

-----Sobre o Regulamento de Apoio à Habitação Própria e Permanente, o objetivo é colmatar as desigualdades sociais, conferir dignidade, salubridade e conforto a muitas famílias que vivem em habitações com poucas condições,





respeitando as disposições contidas no artigo sessenta e cinco, número um e número dois, da Constituição da República Portuguesa.-----

-----Neste regulamento o critério de apuramento passou a ser o rendimento líquido em vez de bruto, mais uma vez.-----

-----Na anterior redação eram considerados trabalhos de ampliação, reconstrução e construção. Agora acresce a conservação.-----

-----Ainda neste artigo foram alteradas as áreas de tipologia para áreas mais atuais e proporcionais.-----

-----Nas modalidades de apoios a comparticipação passou do máximo de sete mil e quinhentos euros para doze mil e quinhentos e na alínea b) de quinze mil para vinte mil.-----

-----No artigo nono, alínea h), sobre as condições de acesso, a retribuição do apoio do IAS baixou o rendimento máximo de oitenta para setenta um ponto cinquenta e seis por cento.-----

-----No artigo décimo, número um, na fórmula de cálculo do rendimento mensal *per capita*, passam a ser aceites despesas de eletricidade, água e gás.-----

-----No processo de candidatura o artigo treze, número três, alínea e) é retirada a obrigatoriedade de prévia permanência no concelho de dois anos.-----

-----E no artigo dezoito prevê a existência de um contrato para formalizar e aumentar o compromisso entre as partes.-----

-----Analisando este regulamento facilmente percebemos a preocupação deste executivo com a problemática da habitação social e fica aqui evidente o compromisso em garantir moradia digna para todos os cidadãos, refletindo um esforço coletivo na promoção da equidade e inclusão da comunidade.-----

-----Por estes motivos, naturalmente votaremos a favor.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado Miguel Martins, do Bloco de

CÓPIA Cópia Cópia



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esquerda.-----

**DEPUTADO DO BE – Miguel Martins** – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora e Senhor Secretário da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Uniões de Freguesia e Juntas de Freguesia, Público aqui presente e também quem nos segue via *Web*, Comunicação Social aqui presente.-----

-----Relativamente aos regulamentos em apreço, nos pontos sete e oito, nomeadamente os Regulamentos Municipais de Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos e de Apoio à Habitação Própria e Permanente, obviamente que o Bloco de Esquerda está favorável a ambos os regulamentos apresentados.-----

-----Consideramos que é essencial responder às pessoas, principalmente aquelas que se encontram em maior situação de vulnerabilidade social, principais vítimas às mãos de um mercado habitacional selvagem e sem qualquer regulamentação.-----

-----Ainda assim, gostaria de relembrar alguns dados rapidamente, nomeadamente dados do Banco de Portugal, referentes ao facto de que o preço de compra de casas duplicou e o arrendamento custa mais cinquenta por cento no nosso país, e isto apenas na última década.-----

-----Ou seja, perante uma crise inflacionária sem precedentes face a um aumento do custo de vida extremamente elevado, nós temos as pessoas do país, as pessoas de Barcelos, com rendimentos insuficientes para fazer face aos gastos. Ou seja, o que é que acontece? As pessoas são obrigadas a escolher aonde gastam o seu dinheiro: na luz, na água, na comida. E agora, com esta crise habitacional sem precedentes, que agora rebenta, digamos assim, as pessoas são obrigadas a decidir aonde têm que gastar o seu dinheiro e a renda



muitas vezes acaba por ser a principal fonte de despesa.-----

-----Ora, nós não vemos a questão da habitação, não pode ser vista apenas no sentido de responder a estes casos extremos, porque se fizermos isso estamos a cair em erro. Porque também são as pessoas que trabalham, que têm um salário que permite viver não nestas situações extremas felizmente, mas aquelas que chegam ao fim do mês e sentem as dificuldades que também precisam de respostas. E neste caso não vamos lá com regulamentos que no fundo acabam por ser escassos e não responder à crise habitacional, porque no fundo isso acaba por ser secundarizar a crise habitacional. E sinceramente, senhores deputados, o executivo camarário não pode limitar-se a olhar para esta questão apenas do ponto de vista dos casos mais alarmantes e que mais sobressaem, são necessárias respostas concretas. Não podemos simplesmente assobiar para o lado, apresentar regulamentos que vão responder ou pelo menos vão apoiar as pessoas em maior situação de vulnerabilidade e simplesmente ignorar o resto da população.-----

-----E relativamente a isto desde logo posso elencar duas respostas que são necessárias, que são mais amplas, e que de facto seriam úteis para responder à população. Desde logo a questão do IMI: majorações em prédios devolutos em que não haja vontade de reabilitação urbana e minorações deste mesmo imposto em áreas de residência ocupadas por populações economicamente carenciadas. Isto também são medidas para a habitação que não se prendem apenas com regulamentos. Ou também o facto de ser necessário ambicionar uma Estratégia Local de Habitação que de facto dê resposta aos problemas.-----

-----A Estratégia Local de Habitação que atualmente vigora está muito longe das metas necessárias, das metas dos cinco por cento nacionais, que mesmo sendo insuficientes, a nosso ver, ainda ficam muito distantes, porque o aumento previsto é apenas de cento e setenta e oito fogos, ou seja, zero ponto setenta e



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sete do total de alojamentos do município.-----

-----Em suma, nós obviamente somos a favor de ambos os regulamentos, mas para fazer face à crise é necessário enfrentar sem medo a situação que vivemos e para isso é preciso tomar medidas corajosas, medias fortes e que de facto cheguem a todas as pessoas e não apenas aos casos mais vulneráveis.-----

-----É nesse sentido que nós apelamos ao executivo, que de facto dê respostas neste sentido, porque não é apenas responder às pessoas em maior situação de vulnerabilidade, é a todas.-----

-----Disse.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tem agora a palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.-----

**DEPUTADO DO TB – José Rosa** – Excelentíssimo senhor presidente, na sua pessoa renovo os cumprimentos a todos os presentes.-----

-----Relativamente aos dois pontos, votarei favoravelmente e apresentarei também declaração de voto para enfatizar a importância deste assunto.-----

-----Podemos enumerar aqui as vantagens das políticas de habitação, mas queria-me concentrar no problema da habitação, que é um problema à escala global, na Europa mais desenvolvida, em Portugal e em Barcelos. E queria pegar por três expetativas:-----

-----Em primeiro lugar, é importante sabermos que cinquenta por cento da população portuguesa está concentrada em trinta e um dos trezentos e oito concelhos. Ou seja, nós temos concelhos com muita oferta, concelhos com quase nenhuma oferta, e o problema passa muito por aí, o problema tem a ver com a oferta do mercado para as pessoas.-----

-----Outra coisa importante é sabermos que nas duas últimas décadas, ou seja, entre noventa e um e dois mil, foram construídos um milhão e cem mil fogos; entre dois mil e um e dois mil e dez foram construídos novecentos e



oitenta mil fogos; e na última década só foram construídos cento e sessenta e oito mil fogos. E mais, as cento e sessenta casas transacionadas em dois mil e vinte e um apenas onze por cento foram construção nova. E então a pergunta que se coloca é: então porque é que não se constrói? E eu vou elencar aqui algumas coisas que nos dão que pensar.-----

-----Em Portugal, de uma maneira geral, e em Barcelos, a construção está muito focada no segmento de gama média alta, diria até quase mercado de luxo. Portanto, os construtores não estão vocacionados para a construção mais acessível. O nosso mercado de habitação pública em Portugal é dos mais baixos da Europa, há países na Europa com mercado de habitação pública superior a dez por cento, em Portugal está nos dois por cento. Isto é culpa dos governos centrais e dos governos locais.-----

-----Outro problema grave que afeta a falta de construção é toda a panóplia burocrática que envolve a construção, mas também os licenciamentos, os PDM's que permanecem estáticos. O PDM é uma ferramenta importantíssima para permitir um melhor aproveitamento do solo, nomeadamente construção em altura de média dimensão.-----

-----Depois há outro problema grave em Portugal e que nos afeta. A carga fiscal da construção em Portugal anda entre trinta e quarenta por cento. Em Espanha é apenas dez por cento. Depois, Portugal é dos poucos países da Europa cujo IVA da habitação não é reduzido nem dedutível. Claro, com estas condicionantes todas perguntamo-nos porque é que não há oferta.-----

-----Os últimos dados do INE apontam – o valor da construção –, por exemplo, em Esposende, o metro quadrado, ou em Braga, curiosamente é mais caro do que Barcelos, contrariamente ao que muitos de nós podíamos pensar. E porque é que os habitantes de Barcelos vão morar para essas duas localidades? Porque eles têm oferta. Eu até tenho familiares a morar em Esposende. Tenho

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

amigos que moravam em Barcelos e foram morar para Braga. Há mais oferta. O nosso foco tem que ser na oferta. Nós temos que apostar na habitação pública, agilizar os processos de licenciamento e naquilo que é incumbência da Câmara baixar a carga fiscal de maneira a aumentar a oferta de mercado.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Senhor presidente da Câmara, deseja intervir? Tenha a bondade.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** – Muito obrigado.-----

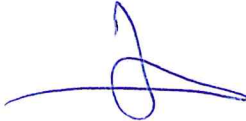
-----Renovo os cumprimentos ao senhor presidente e a todos os presentes.---

-----Tentar responder a todas as questões que foram levantadas.-----

-----Concordei com o que o senhor deputado Nuno Martins disse nos primeiros trinta segundos, que ia votar favoravelmente estas propostas porque vão no sentido certo de apoiar as pessoas. De resto, passou ao lado da discussão porque falou num tema que não estava aqui, mas tenho todo o gosto em responder-lhe a esse tema.-----

-----Quanto à derrapagem das obras, o termo não é feliz, mas quero-lhe dizer que, se vive em Portugal, na Europa e no mundo nesta altura, já ouviu falar na inflação sem precedentes, até há pouco o senhor deputado Miguel Martins o referiu, no aumento exponencial da matéria-prima, na mão-de-obra. E, portanto, aí, se calhar, encontra alguma justificação para algumas diferenças entre o valor inicial e o valor final.-----

-----E aproveito para lhe dizer aqui e a todos os senhores deputados e a esta Assembleia que mandei enviar, julgo que já recebeu, toda a documentação relativa ao nó de Santa Eugénia, que por duas ou três vezes em Assembleia Municipal questionou onde é que estavam cinco milhões de euros, porque no executivo anterior essa questão eram três milhões e, afinal, agora foram a concurso por oito milhões. Espero que leia e numa próxima Assembleia terei



todo o gosto em discutir consigo essa questão.-----

-----Quanto à questão da habitação, do Primeiro Direito, que é isso que estamos a falar. A Estratégia Local de Habitação que o senhor refere tem a ver com o Primeiro Direito e o Primeiro Direito é para substituição das situações de indignidade em que infelizmente muitos portugueses vivem e alguns barcelenses também. E aponta em dois sentidos: um para quem tem habitação própria e, portanto, são os beneficiários diretos; e aqueles que vivem em situações de indignidade e não têm habitação própria. Nesse particular, os atrasos que se verificam, não só em Barcelos mas em todo o país, têm a ver com a passagem de responsabilidades que o governo socialista quis mandar para as autarquias, responsabilidades que lhe cabiam, e passou para a responsabilidade dos municípios numa primeira fase sem oportunidade de aquisição e só numa segunda fase é que deu oportunidade de aquisição. E naturalmente há um tempo para adquirir os terrenos, há um tempo para fazer os projetos e há um tempo para construir. E depois os valores que estão associados são valores que estão desadequados. Já houve duas alterações ao valor inicial que naturalmente vêm tentar corrigir o pecado original, que foi tentar mandar para cima dos municípios um problema que era do Estado e do governo central. Mas, mesmo assim, obviamente que na próxima reunião da Assembleia Municipal – julgo que o senhor vereador me vai confirmar isso – traremos uma alteração à Estratégia Local de Habitação para adequar e permitir a aquisição, como os municípios vizinhos, efetivamente Braga e Famalicão em particular, estão a fazer, que é as OPAS de aquisição de imóveis nas condições, porque é a forma mais ágil e será a forma que teremos de encontrar para corresponder às necessidades efetivas das pessoas que foram identificadas pelos serviços sociais da Câmara Municipal.-----

-----Mas a habitação, e foi dito aqui pelo José Rosa muito bem e pelo Miguel



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Martins também, não se resume a habitação para pessoas carenciadas, temos também muitos jovens que precisam. E naturalmente o instrumento que o governo lançou de arrendamento bonificado, ou arrendamento acessível, como apregoam, é muito difícil de concretizar por uma razão muito simples: porque os valores que lá estão incluídos nenhum empresário ou nenhum promotor consegue fazê-lo. E mais do que isso, todo esse investimento é um presente envenenado para os municípios, porque vem através de um financiamento, através do BEI. E depois a Câmara endivida-se, faz esse empréstimo de financiamento que não ultrapassa os limites de endividamento dos municípios, porque não conta para esse limite, mas terá, ao fim de vinte anos, de fazer esse pagamento através da cobrança das rendas. Só que para ser uma renda acessível tem que ser um valor bem abaixo do valor que seria fácil de concretizar. Se eu pedir cem milhões tenho que dividir por cem ou duzentas habitações, por mês dá xis, e depois o sobranete têm que ser os municípios a pagar, e isto não é aceitável. E, relembro, está consagrado na Constituição e tem que ser o governo a resolver, em primeira linha, a questão da habitação. Os municípios, e sempre o fizeram e continuarão a fazer, dão o seu contributo, dão o seu melhor, e estamos muito preocupados. Por isso é que esta adequação dos regulamentos vai nesse sentido, da nossa preocupação, e de criar condições para que os habitantes de Barcelos tenham melhores condições de vida e vida mais digna. Mas não aceitaremos que passem para nós toda e qualquer responsabilidade que é efetivamente do governo central.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Vamos então passar à votação!-----

-----Vamos votar o ponto sete: discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos.-----





-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém) -----

-----Está aprovado por unanimidade (quarenta e oito PS, trinta e dois PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, cinco IND).-----

-----Ponto oito: discussão e votação do Regulamento do Município de Barcelos de Apoio à Habitação Própria e Permanente.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém) -----

-----Está aprovado por unanimidade (quarenta e oito PS, trinta e dois PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, cinco IND).-----

-----Vamos passar ao ponto nove: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Rede Eurocities, como membro associado – Fórum das Cidades Inclusivas.-----

-----Inscrições!-----

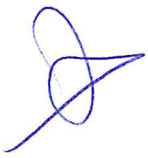
-----Tem a palavra o senhor deputado Pedro Sousa, do PSD.-----

**DEPUTADO DO PSD – Pedro Sousa – Muito boa noite.**-----

-----Senhor Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Caros Companheiros e Colegas Deputados, Caros Presidentes de Uniões de Freguesia e de Juntas de Freguesia, Caro Público aqui presente, Cara Comunicação Social e quem assiste via *Web*.-----

-----O Grupo Municipal do PSD releva, enaltece e parabeniza este executivo pela iniciativa de solicitar a adesão à rede Eurocities, pois esta será, certamente,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais uma “ferramenta”, mais um meio e uma forma de o município estar a par dos maiores e melhores desenvolvimentos a nível da troca de conhecimentos, ideias e experiências, colocando na agenda europeia o desenvolvimento económico, social e político das cidades membros desta rede.-----

-----Barcelos integrará uma rede com sensivelmente duzentas cidades, muitas delas capitais dos seus países, e mais de cento e trinta milhões de habitantes. De Portugal fazem parte Lisboa, Porto, Matosinhos, Braga, Guimarães e Valongo, conforme se pode comprovar no *website* da Eurocities.---

-----De entre as áreas de foco ou fóruns, este executivo escolheu, de início, o das Cidades Inclusivas, composto por temas como a habitação e sem-abrigo (ou sem habitação), cuidado infantil e educação, solidariedade e voluntariado, pobreza e exclusão social e migração e integração, o que realça, uma vez mais, a preocupação social e solidária deste executivo.-----

-----Segundo a gestão da Eurocities, são cinco as razões que aponta para uma cidade aderir: uma rede forte; experiência internacional; uma voz na Europa; financiamento e finanças; e, por fim, suporte durante todo o ano.-----

-----Aliás, por considerarmos esta adesão uma iniciativa tão nobre, engrandecedora e criadora de mais e melhores oportunidades para Barcelos, julgamos mesmo que nenhum dos demais grupos municipais irá votar contra ou, sequer, abster-se, pois isso significaria que, afinal, não pretendem o melhor para o nosso concelho.-----

-----Termino com as palavras de Dario Nardella, seu ex-presidente do Comité Executivo: *“A Eurocities representa a voz de mais de duzentas cidades em trinta e oito países e mais de cento e trinta milhões de habitantes e é como uma grande família que vos recebe, apoia e cresce convosco”*.-----

-----Por pretendermos que Barcelos faça parte dessa “grande família”, o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente esta proposta.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Obrigado e boa noite.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----A Câmara deseja intervir? Não.-----

-----Vamos então passar à votação!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Está também aprovado por unanimidade (quarenta e oito PS, trinta e um PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, cinco IND).-----

-----Pedia agora a atenção dos senhores deputados!-----

-----Para dar execução imediata às deliberações tomadas propunha a aprovação da ata em minuta.-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Está também aprovada por unanimidade a ata em minuta (quarenta e oito PS, trinta e um PSD, vinte e dois BTF, três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, cinco IND).-----

-----Dava apenas uma breve informação:-----

-----Eu, enquanto presidente da Assembleia, integro, ouvido o senhor presidente da Câmara, uma comissão para as celebrações do vinte e cinco de abril. Essa comissão integra o senhor presidente da Câmara, integro eu próprio, estão também os líderes dos partidos com assento parlamentar ou assento na Assembleia Municipal, o primeiro vereador eleito pela oposição. Portanto, uma comissão alargada que está a preparar um programa do vinte e cinco de abril,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA



BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iremos ter naturalmente uma sessão solene do vinte e cinco de abril, mas esse programa detalhado será em breve tornado público e haverá um apelo para que todos os senhores deputados também possam participar nas múltiplas iniciativas que a Câmara vai organizar aqui no município relativamente à comemoração do vinte e cinco de abril, pedia esse envolvimento de todos a todos os senhores deputados. E aproveito, já que estamos via *Internet*, a todos os barcelenses para participarem nestas iniciativas que serão bastante diversificadas e importantes no nosso concelho. Perceber o que se passou aqui logo a seguir ao vinte e cinco de abril, perceber como funcionaram as Câmaras Municipais, perceber como funcionou a Assembleia Municipal. A primeira Assembleia Municipal teve posse no Governo Civil, em Braga, dada pelo governador civil da altura, o doutor Parcídio Summavielle, que foi presidente da Câmara de Fafe, e depois reunimos a primeira sessão de instalação aqui em Barcelos. Portanto, será todo um trajeto que será tornado público e numa comissão que será organizada pelo senhor presidente da Câmara Municipal de Barcelos.-----

-----Não tendo mais nada a dizer, declaro encerrada a sessão.-----

-----Muito obrigado.-----

-----A sessão terminou às vinte e duas horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte de novembro de dois mil e vinte e três.-----

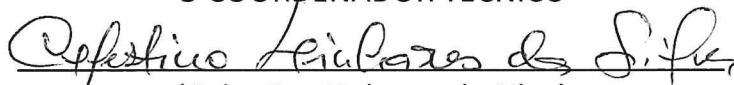
-----Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

(Fernando Santos Pereira, Dr.)



O COORDENADOR TÉCNICO

  
(Celestino Linhares da Silva)

-----Apensa-se a esta ata as Declarações de Voto do TB atinentes aos pontos:-

-----Dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de vinte e cinco milhões de euros, ao Montepio, nos termos da proposta, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de Barcelos, S.A.;-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relacionada com a minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos, o Agrupamento de Escolas e as Freguesias/União de Freguesias;-----

-----Ponto sete – Discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos;-----

-----Ponto oito – Discussão e votação do Regulamento do Município de Barcelos de Apoio à Habitação Própria e Permanente;-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Rede Eurocities, como membro associado – Fórum das Cidades Inclusivas.-----

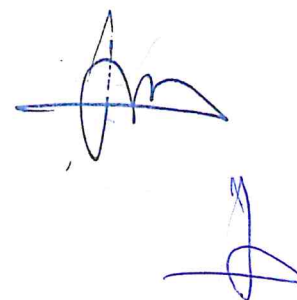
CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



## ÍNDICE

Ata n.º 22 de 20 de novembro de 2023

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
05	Período de intervenção do público
10	Período da ordem do dia
10	Aprovação das atas da sessão de 28 de setembro de 2023 (1º Ponto)
10	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 25.000.000,00 €, ao Montepio, nos termos da proposta, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de Barcelos, S.A. (2º Ponto)
37	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa às minutas de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e as Freguesias/Uniões de Freguesia identificadas na mesma, que têm por objeto regular o financiamento da aquisição de combustível a utilizar no transporte de crianças e alunos do EPE e 1º Ciclo, durante o ano letivo 2023/2024 (3º Ponto)
37	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e as Freguesias da Ucha e Martim, atinente ao Programa de Cinoterapia (Patinhas 21 – Intervenção Multidisciplinar com cães), durante o ano letivo 2023/2024 (4º Ponto)
38	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal respeitante à minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e a Freguesia da Várzea, relativa ao Programa Terapêutico e Hipoterapia e/ou Hidroterapia, durante o ano letivo 2023/2024 (5º Ponto)
38	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relacionada com a minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos, o Agrupamento de Escolas e as Freguesias/União de Freguesias (6º Ponto)
42	Discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos (7º Ponto)
42	Discussão e votação do Regulamento do Município de Barcelos de Apoio à Habitação Própria e Permanente (8º Ponto)
55	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Rede Eurocities, como membro associado – Fórum das Cidades Inclusivas (9º Ponto)
57	Aprovação da ata em minuta



Hora de Abertura: 21h00

**Minuta da ata da décima nona Sessão da Assembleia Municipal de Barcelos,  
realizada em 20 de novembro de 2023**

Ao abrigo do preceituado no n.º 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do estipulado no n.º 3 do artigo 21.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi deliberado, com vista à sua excecutoriedade imediata, aprovar em minuta as deliberações desta sessão extraordinária, constituindo o presente documento a ata em minuta:

**Período de Intervenção do Público**

Registou-se a intervenção de um cidadão, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal prestado os respetivos esclarecimentos.

**Período da ordem do dia**

**1. Aprovação das atas da sessão de 28 de setembro de 2023;**

Ata de 28/09/2023 – aprovada por maioria com 103 votos a favor (42 PS, 30 PSD, 21 BTF, 3 CH, 3 IND, 2 TB, 1 CDS, 1 BE) e 1 abstenção (IND)

Ata de 04/10/2023 – aprovada por maioria com 104 votos a favor (42 PS, 30 PSD, 21 BTF, 3 CH, 3 IND, 2 TB, 2 CDS, 1 BE) e 1 abstenção (IND)

**2. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 25.000.000,00 €, ao Montepio, nos termos da proposta, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária Águas de Barcelos, S.A.;**

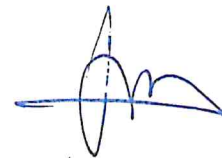
Aprovado por maioria com 95 votos a favor, (34 PSD, 32 PS, 22 BTF, 5 IND, 2 CDS), 16 votos contra (14 PS, 2 BE) e 7 abstenções (3 CH, 2 PS, 2 TB)

**3. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa às minutas de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o**



BARCELOS  
MUNICÍPIO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL



**Município de Barcelos e as Freguesias/União de Freguesia identificadas na mesma, que têm por objeto regular o financiamento da aquisição de combustível a utilizar no transporte de crianças e alunos do EPE e 1º Ciclo, durante o ano letivo 2023/2024;**

Aprovado por unanimidade (48 PS, 34 PSD, 22 BTF, 5 IND, 3 CH, 2 TB, 2 CDS, 2 BE)

- 4. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e as Freguesias da Ucha e Martim, atinente ao Programa de Cinoterapia (Patinhas 21 – Intervenção Multidisciplinar com cães), durante o ano letivo 2023/2024;**

Aprovado por unanimidade (48 PS, 34 PSD, 22 BTF, 5 IND, 3 CH, 2 TB, 2 CDS, 2 BE)

- 5. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal respeitante à minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos e a Freguesia da Várzea, relativa ao Programa Terapêutico e Hipoterapia e/ou Hidroterapia, durante o ano letivo 2023/2024;**

Aprovado por unanimidade (48 PS, 34 PSD, 22 BTF, 5 IND, 3 CH, 2 TB, 2 CDS, 2 BE)

- 6. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relacionada com a minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos, o Agrupamento de Escolas e as Freguesias/União de Freguesias;**

Aprovado por unanimidade (48 PS, 31 PSD, 22 BTF, 5 IND, 3 CH, 2 TB, 2 CDS, 2 BE)

- 7. Discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos;**

Aprovado por unanimidade (48 PS, 32 PSD, 22 BTF, 5 IND, 3 CH, 2 TB, 2 CDS, 2 BE)

- 8. Discussão e votação do Regulamento do Município de Barcelos de Apoio à Habitação Própria e Permanente;**

Aprovado por unanimidade (48 PS, 32 PSD, 22 BTF, 5 IND, 3 CH, 2 TB, 2 CDS, 2 BE)

- 9. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Rede Eurocities, como membro associado – Fórum das Cidades Inclusivas.**





BARCELOS  
MUNICÍPIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aprovado por unanimidade (48 PS, 31 PSD, 22 BTF, 5 IND, 3 CH, 2 TB, 2 CDS, 2 BE)

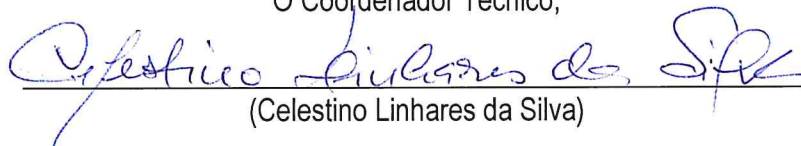
Às 22h57 do dia 20 de novembro de 2023 foi aprovada e assinada esta minuta, sendo posteriormente encerrada a sessão.

Eu, Celestino Linhares da Silva, Coordenador Técnico, a subscrevi.

O Presidente da Assembleia,

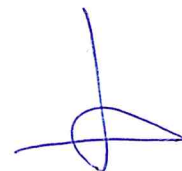
  
\_\_\_\_\_  
(Fernando Santos Pereira, Dr.)

O Coordenador Técnico,

  
\_\_\_\_\_  
(Celestino Linhares da Silva)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



Assembleia Municipal 20 de novembro de 2023

**ponto 2)** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 25.000.000,00 €, para assunção de compromissos resultantes da extinção dos processos judiciais com a empresa concessionária AdB, S.A

### Declaração voto

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus Srs.:

Relativamente à este assunto abstive-me no passado dia 28 de fevereiro, no dia 28 de Setembro, e em coerência fá-lo-ei hoje.

As duvidas que tive nas duas ultimas Assembleias onde se abordou este tema, mantém-se. Ou seja, não são duvidas legais, mas duvidas de repercussões futuras sobretudo pelo tempo de vigência do contrato. E, por outro lado reconheço que uma solução (já aprovada em 28 de fevereiro, ratificada em 28 de setembro) ainda que discutível é melhor que um indecisão por isso merece o benefício da duvida.

No entanto, de acordo com o relatório da ONU, 75% dos contratos de privatização da água celebrados em todo o mundo não são renovados e 11% são mesmo resgatados (o erário público paga para cancelar o contrato antes de tempo.

Apenas 14% foram renovados.

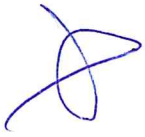
No site *aguadetodos* que é um género de plataforma criada por 10 organizações promotoras, e hoje conta com 146 entidades e movimentos (Câmaras municipais incluídas), e eles publicaram um documento em parceria com o STAL- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, e um género de associação ou consórcio analisa a privatização e reestruturação dos serviços públicos em todo o mundo, com especial enfoque na água, entre outras. E trago este documento ou parte dele como ponto de partida para uma reflexão mais profunda sobre o assunto.

A *remunicipalização* da água tem vindo a acontecer um pouco por todo o mundo, não só em capitais europeias como Londres, Paris e Berlim, mas são também em locais como Buenos Aires (Argentina), Budapest (Hungria), Kuala Lumpur (Malásia), La Paz (Bolívia), Maputo (Moçambique) e houve processos que decorrem ou decorreram em concelhos portugueses como Paços de Ferreira, e Mafra. Mafra disponibilizou-se para pagar 21 milhões de euros para resgatar a concessão seis anos antes do prazo previsto.

Quando em 27 de setembro de 2004 foi outorgado em escritura pública o contrato de concessão e exploração da água e saneamento. levantei duvidas não sobre a legalidade do processo pois isso foi avaliado validado e mais tarde inclusive julgado, mas sim sobre o racional e as motivações da corrida de grandes consórcios privados ao negócio da água..

A empresa tem o legítimo anseio de obter lucro, tal como as entidades publicas, estado e Câmaras municipais devem ter como designio, a qualidade de vida e o bem-estar das populações. Já nessa altura pareciam interesses incompatíveis.

Sobre o caso de Barcelos não há dúvidas sobre a necessidade da sua resolução. Não há dúvidas que todos queremos um desfecho célere. Mas o objetivo não pode ser apenas resolver o assunto pois há várias formas de o fazer gastando mais ou menos dinheiro, hipotecando mais ou menos o futuro. O objetivo primeiro deve ser resolver o assunto sempre em defesa do superior interesse dos Barcelenses. É isso que qualquer um de nós deseja.



Curiosamente se usarmos as novas tecnologias nomeadamente o Chat <https://chat.openai.com/chat> que como sabem é um algoritmo que usa inteligência artificial, e se lá colocarmos em inglês a questão: "...É melhor água pública ou privada..." ele devolve a seguinte resposta:

"...A escolha entre água pública e privada depende de vários fatores, como qualidade do abastecimento de água, custo e nível de serviço. Aqui estão algumas considerações gerais a serem lembradas.

Vantagens da água pública:

- Os sistemas públicos de água são normalmente mais confiáveis do que os sistemas privados,
- Os sistemas públicos de água são geralmente mais econômicos do que os sistemas privados, pois podem aproveitar as economias de escala.
- Os sistemas públicos de água podem ser mais acessíveis às comunidades de baixa renda, pois normalmente são obrigados a fornecer serviço a todos os residentes dentro de sua área de serviço.

Vantagens da água privada:

- Os sistemas de água privados podem ser mais eficientes do que os sistemas públicos, pois muitas vezes são administrados como empresas e estão focados em fornecer um serviço de alto nível aos seus clientes.
- Os sistemas privados de água podem ser mais flexíveis do que os sistemas públicos, pois podem fazer alterações infraestruturais mais rapidamente.
- Os sistemas privados de água podem ser mais inovadores pois geralmente estão mais dispostos a experimentar novas tecnologias e abordagens para melhorar seu serviço.

Em última análise, a escolha entre água pública e privada dependerá das circunstâncias específicas de uma determinada área. É importante avaliar cuidadosamente as opções e considerar fatores como custo, qualidade, confiabilidade e acessibilidade antes de tomar uma decisão..."

Continuo com dúvidas sobre o melhor caminho a seguir. Reconheço humildemente que não tenho alternativas àquilo que é proposto. A solução apresentada face ao peso da sentença ainda em vigor parece interessante. Contudo a resolução definitiva sobretudo no seu horizonte temporal parece demasiado penalizadora.

Não acredito em soluções milagrosas nem em posições imaculadas.

- Neste momento temos aqueles que criaram o problema ou cometeram o pecado original
- Depois temos os que criaram o problema e apresentam uma solução .
- A seguir temos aqueles que agravaram o problema e são a favor da solução .
- Depois temos os que agravaram o problema, não tem alternativa, mas são contra a solução proposta
- Temos depois aqueles que nada tiveram a ver com o problema como é o meu caso.
- E Last But not List temos as vítimas deste enredo que são os Barcelenses, e é por eles que todos cá estamos e é nossa obrigação zelar pelo seu superior interesse. Como alguém dizia...Não há dinheiro publico, o dinheiro sai do bolso dos contribuintes, por isso toda e qualquer implicação financeira que este processo possa ter, implicará a subtração de mais ou menos dinheiro ao bolso dos Barcelenses.

Uma vez que esta Assembleia aprovou pro maioria esta solução é necessário, respeitar a vontade democrática e é urgente de uma vez por todas pô-la em pratica.

Reconheço que nem sempre podemos alcançar aquilo que pretendemos, mas, aquilo que (com base nas circunstâncias) é possível. Por isso o TB-TODOS BARCELOS se absteve.

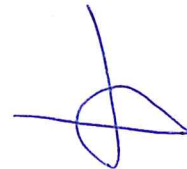
TB - Todos Barcelos

---

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



Assembleia Municipal 20 de novembro de 2023

**ponto 6)** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relacionada com a minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Barcelos, o Agrupamento de Escolas e as Freguesias/União de Freguesias;

#### **Declaração voto**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus Srs.:

O TB- Todos Barcelos Votou favoravelmente este ponto pois entende que a Delegação de competências entre o Município de Barcelos, o Agrupamento de Escolas e as Freguesias/União de Freguesias pode oferecer diversas vantagens, promovendo uma gestão mais eficiente e uma maior proximidade com a comunidade.

Entre outras podemos enumerar as seguintes vantagens:

- A delegação de competências descentraliza a tomada de decisões, permitindo que as entidades locais, como os Agrupamentos de Escolas e as Freguesias, tenham mais autonomia na gestão de determinadas áreas.
- A descentralização pode resultar em uma gestão mais eficiente, pois as entidades locais estão mais próximas das necessidades específicas da comunidade, podendo adaptar melhor os recursos e as ações.
- Ao delegar competências, é possível adaptar as políticas e os serviços para atender às necessidades específicas de cada comunidade, levando em consideração as características locais e as demandas da população.
- A descentralização permite uma tomada de decisões mais ágil, já que as entidades locais podem responder rapidamente às mudanças e às emergências locais sem depender de processos burocráticos mais extensos.
- A proximidade entre as entidades locais e as escolas, assim como as freguesias, facilita uma melhor articulação entre diferentes setores, promovendo uma abordagem integrada para resolver questões locais.
- A descentralização envolve a comunidade local na tomada de decisões e na definição de prioridades, fortalecendo a participação cidadã e promovendo a transparência na gestão pública.
- A autonomia conferida pela delegação de competências permite que as entidades locais inovem na busca por soluções criativas para os desafios específicos da sua área de atuação.
- A proximidade entre as entidades locais e os cidadãos pode resultar em uma prestação de serviços mais personalizada e de melhor qualidade, uma vez que as necessidades específicas da comunidade são mais bem compreendidas.
- A descentralização pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, permitindo que as entidades locais assumam a responsabilidade pelo seu desenvolvimento econômico, social e ambiental.
- A gestão descentralizada pode levar a uma redução de custos operacionais, uma vez que as entidades locais podem otimizar recursos de acordo com as necessidades específicas da sua área de atuação.



É importante destacar que a eficácia da delegação de competências depende da capacidade das entidades locais em assumir essas responsabilidades de forma eficiente e transparente, além de garantir a prestação adequada de serviços à comunidade.  
implementação da delegação de competências deve ser um processo dinâmico, sujeito a avaliações regulares. Essas avaliações permitem ajustes conforme necessário, garantindo a contínua melhoria do sistema

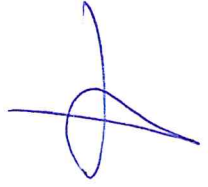
TB - Todos Barcelos

---

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA





Assembleia Municipal 20 de novembro de 2023

**ponto 7)** Discussão e votação do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos

#### **Declaração voto**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus Srs.:

O TB- Todos Barcelos Votou favoravelmente este ponto pois entende que o apoio ao Arrendamento Habitacional do Município é um programa benéfico e interessante, pois oferece suporte financeiro ou incentivos para facilitar o acesso à habitação. Tudo o que vise ajudar famílias de baixa renda a garantir moradia adequada terá sempre o incondicional apoio do TB- Todos Barcelos.

Entre outras, as Vantagens do arrendamento social são:

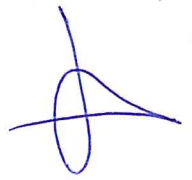
- Facilita o acesso a habitação para indivíduos ou famílias com recursos financeiros limitados.
- Redução dos custos que irá ajudar a aliviar o peso financeiro do aluguer, tornando a habitação mais acessível.
- Contribuição para a estabilidade residencial, permitindo que as pessoas permaneçam em suas casas e comunidades.
- Promoção da mobilidade social ao oferecer oportunidades de habitação para grupos económicos desfavorecidos.
- Estímulo à Economia Local. Ao apoiar o setor habitacional, o programa pode impulsionar a economia local, envolvendo proprietários, construtores e prestadores de serviços relacionados.
- Contribuição para a redução da falta de habitação e, ao oferecer soluções para aqueles que, de outra forma, poderiam estar em situação de sem abrigo

TB - Todos Barcelos

---

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



Assembleia Municipal 20 de novembro de 2023

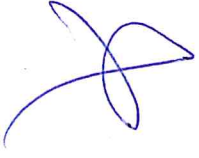
**ponto 8)** Discussão e votação do Regulamento do Município de Barcelos de Apoio à Habitação Própria e Permanente;

#### **Declaração voto**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus Srs.:

O TB- Todos Barcelos Votou favoravelmente este ponto pois entende que o Apoio à Habitação Própria e Permanente tem como propósito facilitar o acesso das pessoas à aquisição de habitação própria. As vantagens desse tipo de apoio são várias das quais se destacam as seguintes:

- ✓ permitir que as pessoas realizem o sonho de ter uma casa própria, proporcionando estabilidade e segurança no longo prazo.
- ✓ A promoção da habitação própria pode estimular o setor imobiliário e a construção civil, contribuindo para o desenvolvimento econômico e a geração de empregos.
- ✓ A posse de uma habitação própria tende a proporcionar maior estabilidade residencial, reduzindo a mobilidade e proporcionando um ambiente mais seguro e permanente para as famílias.
- ✓ ajudar a reduzir desigualdades sociais, dando oportunidades iguais para diferentes grupos socioeconômicos adquirirem moradias.
- ✓ Estes programas podem envolver incentivos fiscais, subsídios ou empréstimos com taxas de juros favoráveis, incentivando a poupança e o investimento financeiro por parte dos beneficiários.
- ✓ A posse de uma casa própria geralmente está associada a uma melhoria nas condições de vida, proporcionando um ambiente mais estável e seguro para o crescimento da família.
- ✓ Estas políticas habitacionais pode promover o desenvolvimento de comunidades mais sustentáveis, planejadas de forma adequada e com infraestrutura adequada.
- ✓ Ao possuir uma casa própria, as pessoas podem experimentar maior estabilidade financeira, pois os custos de moradia podem ser mais previsíveis em comparação com o aluguel.



- ✓ O apoio à habitação própria pode ter um impacto positivo na economia local, estimulando atividades relacionadas à construção civil, comércio de materiais de construção, entre outros setores.
- ✓ Habitações estáveis estão associadas a melhores condições de saúde e educação para os residentes, já que um ambiente estável contribui para o bem-estar geral das famílias.

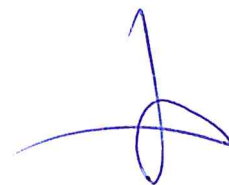
É importante notar que a eficácia desses programas depende da implementação adequada, do acompanhamento e da amplitude do seu alcance. Toda e qualquer medida que vise facilitar a vida das pessoas mais carenciadas contará sempre com o envolvimento e apoio do TB- Todos Barcelos.

TB - Todos Barcelos

---

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA



Assembleia Municipal 20 novembro de 2023

**Ponto 9** Adesão de Barcelos á Eurocites

**Declaração voto**

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs Deputados, Minhas Sras e meus Srs,

A Eurocities é uma rede de cidades europeias fundada em 1986 pelos presidentes de câmara de Barcelona, Birmingham, Frankfurt, Lyon, Milão e Roterdão. Em 2011 esta rede de cidades incluía mais de 135 cidades de 34 países diferentes e a maioria das capitais europeias faziam parte dela. O secretariado da EUROCITIES está situado em Bruxelas, na Bélgica.

Esta rede de cidades é um instrumento ao dispor das grandes cidades europeias que, através desta associação, podem formar uma plataforma política para agir como um canal de comunicação com as instituições europeias e serem por elas reconhecidas como importantes parceiros, quer na comunidade europeia, quer em cada Estado Membro.

O seu objetivo fundamental é colocar na agenda europeia a problemática das cidades e o seu desenvolvimento económico, político e social. Para isso, a atividade da EUROCITIES incide principalmente em três vertentes complementares:

- Trocar conhecimentos, ideias e experiências através da criação de Fóruns e Grupos de trabalho, tendo como objetivo a elaboração de projetos comuns e a divulgação de métodos de trabalho inovadores;
- Representar os interesses da cidade reforçando o papel das cidades no processo de decisão europeu através de ações concretas;
- Dar visibilidade à plataforma europeia para a política das cidades que constitui, representando-as através dos meios de comunicação europeus e nas campanhas e eventos internacionais.

Hoje, a Eurocities é amplamente reconhecida como a mais importante rede de cidades da Europa que representa os interesses das grandes cidades junto das instituições da UE. É também um parceiro a consultar, com contribuições importantes e conhecimentos especializados, em políticas urbanas e na área do desenvolvimento e implementação de políticas e programas europeus.

O TB-TODOS BARCELOS votou favoravelmente pois entende que existe todo o interesse do município de Barcelos aderir à rede Eurocities pois esta rede liga mais de 6.000 políticos, funcionários e especialistas municipais de mais de 200 cidades para trocar, aprender e colaborar em desafios partilhados. A adesão à Eurocities dá Barcelos uma voz forte e o poder para alcançar mudanças impactantes, apoiada por uma rede continental de profissionais com ideias semelhantes.

TB - Todos Barcelos

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA